



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**FRANCISCO FERNANDES ABEL MANGUEIRA**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS INFLUÊNCIAS NA SAÚDE DOS POLICIAIS  
MILITARES**

**CAJAZEIRAS-PB  
2015**

**FRANCISCO FERNANDES ABEL MANGUEIRA**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS INFLUÊNCIAS NA SAÚDE DOS POLICIAIS  
MILITARES**

Projeto de Monografia apresentado ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Esp. Olga Feitosa Braga Teixeira

**CAJAZEIRAS-PB  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730  
Cajazeiras - Paraíba

M277c Mangueira, Francisco Fernandes Abel  
Condições de trabalho e suas influências na saúde dos policiais  
militares. / Francisco Fernandes Abel Mangueira. Cajazeiras, 2015.  
81f. : il.  
Bibliografia.

Orientador (a): Esp. Olga Feitosa Braga Teixeira.  
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Saúde ocupacional. 2. Polícia militar - PB. 3. Desempenho  
profissional. I. Teixeira, Olga Feitosa Braga. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 614:331. 442.2 (813.3)

**FERNANDES ABEL**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS INFLUÊNCIAS NA SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem, sob a orientação da Profa Esp. Olga Feitosa Braga Teixeira. Aprovada em

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Esp. Olga Feitosa Braga Teixeira Orientadora (ETSC/CFP/UFCG)

---

Profa. Esp. Mary Luce Melquiades Meira(UAENF/CFP/UFCG)

---

Profa. Esp. Cícera Renata Diniz vieira silva (UAENF/CFP/UFCG)

**CAJAZEIRAS – PB**

**2015**

*Á Deus, á meus amados pais e minhas sobrinhas Emilly e Melissa,*

*Dedico!*

## AGRADECIMENTOS

O momento tão esperado chegou, foram anos de muita dedicação e esforços para chegar até aqui. Só sabe meu maravilhoso Deus e minha querida mãe os quais nunca me abandonaram durante toda essa jornada, quantas dificuldades eu passei, que nunca imaginava viver, dias de angústia, de chorar e de uma vontade enorme de desistir, porém, apesar de todas as dificuldades, de todas as provas, eu consegui enfrentá-las, pois eu creio em um Deus que está acima de todas as coisas, eu sou prova do seu amor sem fim, onde hoje testemunho a minha vitória.

Agradeço a Deus por nunca ter me abandonado e por sempre ter estendido suas mãos para mim nas horas de angústia, dor e sofrimento, e principalmente por ter me carregado em seus braços durante a caminhada, onde o fardo parecia mais pesado que o comum. Por ter me proporcionado alegrias e felicidades em vários momentos, que jamais serão esquecidos. Obrigado por tudo Senhor!

Ao meu pai, Francisco Gonçalves, e em especial a minha mãe Izabel Abel, essa mulher de fibra, coragem e determinação que sempre esteve presente em todos os momentos de minha vida, onde muitas das vezes meu “fardo” se tornou suportável porque você mãe, fazia questão de carregá-lo juntamente comigo. A minha existência, agradeço a vocês.

Aos meus irmãos: Flavio Abel, Fábio Abel, Maria Tereza Abel e Felipe Abel, muito obrigado por tudo o que vocês fizeram e faz por mim, em especial a minha irmã Maria Tereza, você tem uma forte contribuição nessa minha conquista. Meus irmãos... Obrigado por tudo de coração.

A toda a minha família que de maneira direta ou indireta estavam na torcida por minha vitória, onde mesmo os mais distantes davam suas contribuições de força para que eu alcançasse essa conquista.

Ao Centro de Educação e Saúde CES/UFCG, onde foi lá que iniciei meus primeiros passos acadêmicos em busca de uma formação profissional, a todos aqueles que fizeram e faz esse Campus, meus agradecimentos por ter me dado à oportunidade de ter convivido momentos ímpares, momentos que jamais o tempo ira apagar. Meu muito obrigado.

Ao Centro de Formação de Professores – Unidade Acadêmica de Enfermagem CFP/UAENF/UFCG que me acolheu de braços abertos quando nela adentrei por meio de transferência e em seguida processo vestibular. Obrigado pelas oportunidades que consegui

obter nesse campus, as turmas que tive a honra de conhecer, a todos aqueles que fizeram e fazem o CFP, meu muito obrigado.

Aos meus amigos Amanda Soares, Tito Lívio Ribeiro, Jéssika Lacerda, Lídia Holanda, Aparecida Diniz e Eric Braga vocês foram “peças” primordiais para que juntos pudéssemos tornar momentos ruins em momentos bons, momentos difíceis em momentos superados, momentos tristes em momentos alegres, momentos de dor em momentos de alívio, momentos passados em momentos inesquecíveis. Com vocês, tudo se tornou mais fácil, pois quando dividimos uma bagagem com as pessoas que amamos e confiamos, essa bagagem se torna possível de ser levada. Agradeço a Deus por ter me concedido a honra de ter vocês como amigos.

A minha amiga/irmã Lili Teixeira, onde quero aqui deixar todo o meu amor, carinho e afeto por essa pessoa ímpar e especial que eu tive a oportunidade de conviver por um bom tempo, e que valeram muito a pena os bons momentos que tivemos. Uma pessoa rara, com um coração gigantesco, um sorriso e um olhar sincero, que sempre está disposta e me ajudar quando eu preciso. Meus mais sinceros agradecimentos a você Lili, muito obrigado por tudo.

Em nome da Suzana Fontes, Marleny Andrade, Adriana Ramalho, Danilo Silva e Joab Abreu, quero abraçar a todos que compõem a turma 2014.2, onde nela fui acolhido de braços abertos, e nela me senti de fato e de direito na MINHA turma, tal turma bem semelhante a que deixei em Cuité-PB, a qual ingressei no ano de 2009.

Quero agradecer a todos os colegas Policiais Militares que deram sua parcela de contribuição para que este trabalho fosse desenvolvido, e que de maneira direta ou indireta vocês contribuíram para que eu chegasse a minha formação acadêmica. Obrigado!

Quero em nome de Fábio França abraçar e agradecer a todos os meus amigos e colegas, onde prefiro não citar nomes para que eu não cometa o erro de esquecer alguém. Mas quero dizer que vocês também fazem parte dessa conquista a qual tenho a honra de compartilhar essa enorme alegria com cada um de vocês. Muito obrigado!

A minha orientadora Olga Feitosa a quem quero agradecer por toda paciência, toda dedicação que a mesma teve para comigo enquanto seu orientando, por ter compartilhado comigo sua vasta experiência como professora/orientadora, se mostrando competente e digna de aplausos por sua capacidade fantástica como docente. Professo a você meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todos os que aqui não foram citados, mas que com certeza contribuíram direto ou indiretamente para que essa minha vitória fosse alcançada e quero que saibam que a alegria que sinto por essa conquista, vocês faz parte dela. Muito obrigado!



*Não deixe que a saudade sufoque, que a rotina acomode, que o medo impeça de tentar. Desconfie do destino e acredite em você. Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando, porque embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu.*

*(Sarah Westphal)*

MANGUEIRA, F. **Condições de Trabalho e Suas Influências na Saúde dos Policiais Militares**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB. 81p. 2015.

#### RESUMO

Esta pesquisa busca proporcionar um conhecimento mais amplo e suscitar o debate entre acadêmicos e profissionais de saúde e ao próprio policial militar no que concerne aos males advindos do desempenho da profissão PM. Para tanto, tivemos como objetivo geral compreender as condições de trabalho e suas influências na saúde dos policiais militares de modo a identificarmos a percepção dos profissionais policiais quanto à situação de saúde em que eles se encontram. Assim, este estudo teve um caráter exploratório-descritivo, com uma abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada com policiais militares que trabalham na 3ª Companhia do Sexto Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Cajazeiras, na Paraíba. Para a realização da coleta dos dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, baseada num roteiro preliminar constituído por perguntas abertas. Os dados foram agrupados em categorias ou núcleos de análise os quais nos levaram a constatar que a atividade policial militar tem uma forte influência na saúde desses profissionais, onde de acordo com o estudo foi constatado o desenvolvimento de algumas patologias relacionadas a suas atividades laborais tais como: hipertensão arterial, úlcera gastroduodenal, obesidade, câncer, psoríase, estresse, entre outras.

**Palavras-Chaves:** Saúde Ocupacional; Polícia Militar; Desempenho Profissional.

MANGUEIRA , F. **Working Conditions and Their Influences on Military Policemen's Health**. Completion Work of Course (Bachelor of Nursing) - Teacher Training Center, Federal University of Campina Grande , Cajazeiras - PB . 81p . 2015.

### **ABSTRACT**

This research seeks to provide a broader knowledge and encourage debate between academics and health professionals and the military policeman itself with regard to the evils arising from the PM profession performance. Therefore, we had as main objective to understand the working conditions and their influence on the health of military policemen to we identify the perception of police professionals regarding the health situation in which they find themselves. Thus, this study was an exploratory-descriptive, with a qualitative approach. The survey was conducted with military policemen working in the 3rd Company of the Sixth Military Police Battalion in the city of Cajazeiras, Paraíba. To perform the data collection, we used semi-structured interview based on a preliminary script consisted of open questions. The data were grouped into categories or analysis of cores which led us to realize that the military police activity has a strong influence on the health of these professionals, which according with the study it was found the development of some diseases related to their work activities such as Arterial hypertension, gastroduodenal ulcer, obesity, cancer, psoriasis, stress, and others.

**Key words:** Occupational Health; military police; professional performance.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BPM** – Batalhão de Polícia Militar

**CEP** – Comitê de Ética e Pesquisa

**CF** – Constituição Federal

**CFO** – Curso de Formação de Oficiais

**CIA** – Companhia

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**PB** – Paraíba

**PE** – Pernambuco

**PM** – Policial Militar/Polícia Militar

**PMPB** – Polícia Militar da Paraíba

**RJ** – Rio de Janeiro

**RN** – Rio Grande do Norte

**SEDS** – Secretária de Estado da Segurança e da Defesa Social

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TCRPP** – Termo De Compromisso e Responsabilidade - Pesquisador Participante

**TCRPR** – Termo De Compromisso e Responsabilidade - Pesquisador Responsável

**UFCG** – Universidade Federal de Campina Grande

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> – Mapa do Estado da Paraíba.....	35
--	----

**LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Organização das hierarquias na Polícia Militar da Paraíba.....27

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>18</b>
2.1 OBJETIVOGERAL.....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	18
<b>3. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE.....	19
3.2 O TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR.....	23
3.3 A SAÚDE DO TRABALHADOR.....	28
3.4 SAÚDE DO POLICIAL MILITAR.....	31
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
4.1 TIPOS DE ESTUDO.....	33
4.2 CENÁRIOS DA PESQUISA.....	33
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	34
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	35
4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	35
4.6 ANÁLISES DOS DADOS.....	36
4.7 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA.....	36
<b>5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>5.1 CARACTERIZAÇÕES DOS SUJEITOS DA PESQUIS.....</b>	<b>38</b>
<b>5.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO POLICIAL MILITAR.....</b>	<b>41</b>
5.2.1 SATISFAÇÃO QUANTO A ESCOLHA PROFISSIONAL.....	41
5.2.2 AUTOPERCEPÇÃO QUANTO AO RISCO DA PROFISSÃO.....	44
5.2.3 CONSEQUÊNCIAS DA PROFISSÃO NA VIDA DO POLICIAL MILITAR.....	45
5.2.4 O TRABALHO DO PM X RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS.....	47
5.2.5 PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS ACERCA DA REMUNERAÇÃO.....	49
5.2.6 COMO A SOCIEDADE CONCEBE O TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES...50	
<b>5.3 CONDIÇÕES DE SAÚDE DO POLICIAL MILITAR.....</b>	<b>52</b>
5.3.1 A SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES.....	52
5.3.2 USO DE MEDICAMENTOS ENTRE OS POLICIAIS MILITARES.....	54
5.3.3 CONSUMO DE BEBIDAS ALCOOLICAS ENTRE POLICIAIS MILITARES.....	56
5.3.4 HÁBITO DE FUMAR ENTRE OS POLICIAIS MILITARES.....	58
5.3.5 PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS PELOS POLICIAIS MILITARES.....	59
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
<b>APÉNDICE.....</b>	<b>71</b>
<b>ANÉXOS.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

O homem, desde os primórdios da humanidade, busca meios e estratégias para vencer os desafios de sua sobrevivência. Por isso, compartilha com os demais seres vivos a atividade de agir sobre a natureza, transformando-a para melhor satisfazer suas necessidades. Nesse sentido, o trabalho torna-se elemento fundamental para garantir a existência humana e, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano.

O trabalho constitui-se num importante, se não, o principal determinante da formação das sociedades, sendo o meio através do qual o homem constrói o seu ambiente e a si mesmo de acordo com as reais condições que dispõe, pois, o trabalho está na base de toda sociedade, seja ela qual for. Assim, o trabalho estabelece as formas de relações entre os indivíduos e entre as classes sociais, criando relações de poder e propriedade determinando, além disso, o ritmo cotidiano do trabalhador e da própria sociedade.

A atividade laboral é a fonte básica de realização das necessidades e desejos humanos. A maneira como o ser humano se estabelece no curso da vida extrapola a dimensão individual, interferindo no modo de ser e de viver em uma dimensão mais coletiva e estrutural. Assim sendo, o trabalho é, simultaneamente, instância individual, forma particularizada como cada sujeito o realiza e coletiviza, pelo seu impacto social e o que dele decorre.

O trabalho tem um significado muito importante na vida do ser humano que é sujeito, dono de percepções e vivências únicas que permeiam toda a sua vida dentro e fora do ambiente de trabalho. Desse modo, é necessário que o homem se realize naquilo que faz, sinta-se satisfeito com a atividade escolhida, de modo que a mesma possa atender à expectativa de cada um.

É nesse contexto que o trabalho do policial militar (PM) assume certa importância no seio da vida da sociedade civil organizada, visto que através deste é mantida a segurança pública. As atividades laborais do PM são de alto risco, uma vez que esses profissionais lidam, no seu cotidiano, com a violência, a brutalidade e a morte.

A probabilidade de que os policiais militares têm de sofrer graves lesões, traumas e mortes encontra respaldo nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente de trabalho e nos efeitos pós-traumáticos dos que continuam vivos.

A literatura aponta que os policiais estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse, pois estão constantemente expostos ao perigo e à agressão, devendo frequentemente



intervir em situações de problemas humanos de muito conflito e tensão. Os policiais militares estão sujeitos ao surgimento de patologias e disfunções, tais como a hipertensão arterial, úlcera gastroduodenal, obesidade, câncer, psoríase, estresse, entre outras.

Para os PMs, os processos de desgastes físicos e mentais são determinados em grande parte pelo tipo de trabalho realizado e pela forma como este está organizado. Como o risco é inerente à natureza das ações dos policiais militares, o trabalho desta categoria profissional pode interferir significativamente nas condições de saúde seja ela física ou psíquica. Diante deste fato, surge a necessidade de investigar como as condições de trabalho dos PM's interferem em sua saúde.

O interesse para a realização da pesquisa surgiu em virtude do pesquisador pertencer à classe de trabalhadores acima citados e percebendo o quanto as condições das atividades realizadas por estes profissionais podem influenciar de forma direta e/ou indireta na saúde dos mesmos. Jornada de trabalho exaustiva, estresse, pois o policial tem que estar sempre em alerta mesmo quando não esteja lidando de maneira ativa com uma ocorrência<sup>1</sup>, o uso de fardamento, equipamentos de proteção individual (EPI's) e armamentos como: coturnos, coletes à prova de balas, cinto de guarnição, armas longas e rádio de comunicação. Estes equipamentos podem influenciar na saúde do PM, pois o peso das armas e coletes podem prejudicar a coluna vertebral com o uso contínuo associado à postura incorreta da coluna. Podemos ainda destacar a radiação emitida pelo rádio de comunicação, a qual pode influenciar para o desenvolvimento de neoplasias, a sensação térmica elevada devido ao uso do fardamento associado às altas temperaturas do clima regional do alto sertão paraibano, o sedentarismo relacionado a não prática de exercícios físicos, pois muitas das vezes após o plantão o policial sente-se indisposto para a realização dessas atividades, e por consequência torna-se pré-disposto ao desenvolvimento de obesidade, hipertensão arterial e outras patologias.

A relevância deste estudo para o campo da saúde do trabalhador está na compreensão das relações entre condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores, contribuindo, assim, para a promoção e proteção da saúde e para a transformação dos processos e dos ambientes de trabalho.

Assim, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, esboçamos o referencial teórico que norteia desde o significado do trabalho para o ser humano de acordo com a conjuntura advinda com o processo de produção industrial, de modo a estender essa compreensão ao Brasil e à profissão policial militar. No capítulo segundo demonstramos o

---

<sup>1</sup> Termo nativo policial militar para designar qualquer tipo de situação para a qual os policiais militares são chamados para atuar.

percurso metodológico da pesquisa para, no terceiro capítulo, analisarmos os dados levantados sobre a profissão policial militar e as consequências que surgem desse tipo de atividade para a saúde dos profissionais policiais.

Portanto, pretendeu-se com este estudo chamar a atenção da sociedade, que exige e necessita de policiais competentes e honestos, de modo que esses profissionais precisam ser acompanhados e melhor avaliados no que tange às suas condições de saúde, visto que às condições laborais que os mesmos estão expostos possuem enorme poder de desgaste da saúde física e mental, bem como da capacidade de trabalho destes indivíduos.

## **2 OBJETIVOS:**

### **2.1 OBJETIVO GERAL:**

- Compreender as condições de trabalho e suas influencias na saúde dos policias militares.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Caracterizar os sujeitos da pesquisa
- Identificar as condições de trabalho na percepção dos policiais
- Verificar as condições de saúde dos policiais militares.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE

De acordo com Araújo & Sachuk (2007), o homem sempre trabalhou, ainda que de maneira arcaica ele incessantemente desenvolveu suas atividades dentro de grupos denominados comunidades, onde o objetivo principal era a sobrevivência. O ser humano paulatinamente foi aperfeiçoando seus conhecimentos de acordo com suas necessidades para manter a evolução da espécie. Vários pontos históricos dessa evolução foram surgindo, dentre eles temos um fator de grande importância que foi a delimitação de territórios, pois foi justamente a partir desse momento que o homem começou a desenvolver as civilizações, como acontecia, por exemplo, na Idade Média, segundo afirma os autores supracitados:

Do ponto de vista econômico, o feudo era praticamente autossuficiente. Nele se desenvolviam a produção agrícola, a criação de animais, a indústria caseira e a troca de produtos de diferentes espécies, atividade limitada principalmente ao próprio feudo; as trocas eventuais entre os feudos ocorriam em menor escala e tinham importância econômica. Sendo a produção essencialmente agrícola, a base econômica do feudalismo era, portanto, a terra (2007, p. 57).

Nesse sentido, o trabalho passa a adquirir significado e a compreensão do que vem a ser trabalho e o conhecimento sobre o mesmo, adquire uma perspectiva multifacetada, o qual na verdade trata-se de uma atividade laboral que consubstancia uma “experiência psicossocial”, visto que tal condição está atrelada de forma central à vida das pessoas. Ainda mais, torna-se indiscutível que no mundo contemporâneo o trabalho incorpora-se à vida humana e a dimensões como o tempo e o espaço, de forma que o trabalho não apenas diz respeito à satisfação de necessidades básicas, mas também pode ser visto como um fator de autoestima por ajudar a desenvolver o potencial humano e por nutrir um sentimento de alcance na construção dos objetivos sociais. Neste caso, “trabalho e profissão (ainda) são senhas de identidade” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 14).

Já para Tolfo & Piccinini (2007), o trabalho se traduz como elemento da representação social dado que o trabalhador executa uma tarefa tanto individual (onde ele se identifica com esta atividade), quanto em grupo (quando se cria uma sensação de pertencimento a uma coletividade que compartilha a execução de uma tarefa em comum) ou, ainda mais, no plano social, quando se desenvolve a crença de que o trabalho realizado contribui para toda a sociedade. Assim, com o desenvolvimento da produção ocorreu a divisão do trabalho, e a apropriação de terras que deu origem a duas classes distintas como afirma Saviani (2007):

O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configuram-se, em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários (p. 55).

Com o surgimento das indústrias começa a surgir uma nova forma de trabalho, onde o homem começa a trabalhar nas fábricas passando a receber salários por suas produções, ainda que de forma exploradora e degradante. Outro fator importante é que o homem se torna menos autônomo em suas atividades, pois a nova forma de trabalho passa a ser coletiva, onde cada um contribui com o seu trabalho. Nesse contexto, o desenvolvimento da industrialização propiciou a necessidade de maior mão-de-obra, só que esta última passou a ser composta por pessoas das classes menos favorecidas. O que se estabelece neste momento histórico é um modo de produção no qual o trabalho artesanal (aquele em que o artesão detinha todo o conhecimento do processo produtivo e onde o trabalhador obtinha valor em relação ao que produzia) perde espaço para um modo de atividade que, baseado no uso das máquinas(industrialização), “o trabalho passa a ser fragmentado, seriado e específico. A noção de homem completo começa a perder sua dimensão, visto que ocorre uma queda na autonomia, na criação e, principalmente, na administração da vida produtiva pelo próprio homem” (ARAÚJO; SACHUK, 2007, p. 6).

No entanto, segundo Cotrim (1996), esse processo de nova produção só começou a existir no Brasil a partir de meados do século XIX, quando o país deixou apenas de produzir e exportar matérias-primas, dando início à industrialização nacional. Nesse período, o trabalho tinha um perfil caracterizado por extensas jornadas de atividades laborais, péssimas qualidades de vida e quase nenhuma relação regulamentadora entre trabalhadores e empregadores. Foi com o fim da utilização da mão de obra escrava na produção do café, e com o acúmulo de dinheiro que os grandes proprietários das lavouras desse gênero agrícola começaram a investir nas primeiras indústrias no Brasil, utilizando a mão de obra imigrante assalariada, segundo afirma o autor a seguir:

Aspecto saliente da revisão historiográfica em curso é o reconhecimento da escravidão como momento da história do trabalho no país. Por razões não inteiramente evidentes, mas que terão mais a ver com dinâmicas disciplinares do que com a ordem do mundo, os estudos sobre escravidão fazem parte da genealogia de um ramo da investigação social que se poderia denominar “relações raciais”, enquanto a investigação sobre a constituição da sociedade do trabalho no país encontrou seu momento inaugural na imigração europeia (CARDOSO, 2008, p. 2).

Segundo Lamounier (2007), o crescimento da população brasileira livre foi contínua ao longo do século XIX. Com a reprodução natural, a emancipação de alguns escravos e com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil houve um processo no qual o número de pessoas livres tornou-se maior do que o de escravos em quase todas as províncias do Império, desde o começo do século XIX. Na verdade, estamos a falar de um processo pelo qual o crescimento da população livre em nosso país se fez de forma lenta e, “embora não diretamente envolvida no universo das relações socioeconômicas definidoras da estrutura hegemônica da Colônia e do Império, não pode ser considerada intersticial ou supérflua — foi decisivo para o que se seguiu ao final da escravidão (CARDOSO, 2008, p. 7).

De forma sintética, o que ocorreu foi que o homem passou a desenvolver uma nova forma de trabalhar e produzir que se consolidou até os dias atuais, onde a regra geral se baseia na venda da força de trabalho por parte da classe trabalhadora. Entendamos aqui a classe trabalhadora como o conjunto de pessoas assalariadas (homens e mulheres) que passam a vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário. De modo conjunto, ainda podemos considerar como componentes da classe trabalhadora todo o proletariado empregado nas indústrias, formado pelos trabalhadores cuja produção e exploração incidem diretamente no surgimento da mais-valia, mas que engloba também o setor de serviços, além dos “trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 8).

Então, segundo Cotrim (1996), com o desenvolvimento populacional, com aumento do consumo e a necessidade de fontes de renda para o sustento dos indivíduos, surgiram diversas formas de trabalho, desde os formais aos informais, desde os mais rudes aos mais tecnologicamente avançados. Com a competitividade no mercado, as empresas passaram a exigir maior produtividade por parte dos trabalhadores, e com a necessidade de complementar sua renda, o trabalhador sacrifica sua folga para fazer extras.

Assim, transformações de grande relevância vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Novas formas de trabalho surgiram como, por exemplo, o desaparecimento de empregos permanentes e, simultaneamente, o surgimento de formas inovadoras e tecnológicas de trabalho. Esses são só alguns dos fenômenos da mundialização do capitalismo, ou mesmo do processo de globalização do mercado econômico (ARAÚJO; SACHUK, 2007). Essas transformações ensejam diretamente nas mudanças sofridas pelo modelo do Estado de Bem-Estar Social, que era pautado em políticas assistencialistas e que, de modo gradativo, passa a ser substituído pela lógica neoliberal, a qual visa à ampliação do mercado em seus vários

aspectos. À ampliação do mercado some-se a desregulamentação das economias nacionais juntamente com políticas de privatização dos serviços públicos que abrem espaço para o investimento de capitais estrangeiros gerando “a precarização do trabalho na perspectiva de ruptura com o contrato social resultante dos embates entre capital e trabalho, derivados do período pós Segunda Guerra Mundial e materializado nas políticas sociais de um Estado qualificado como Estado do bem-estar social” (FERRETE et.al., 2009, p. 201).

O que se percebe, pois, é que foram constantes as transformações ocorridas nas formas de trabalho entre o século XX e XXI, no entanto, apesar da globalização e das novas técnicas de trabalho desenvolvidas ocorreu um crescimento em escala mundial do desemprego (NAVARRO; PADILHA, 2007). Houve na verdade uma intensificação na exploração da força de trabalho, o que acabou tornando o emprego precário, ou seja,

Neste cenário, podemos observar uma contradição marcante: enquanto parte significativa da classe trabalhadora é penalizada com a falta de trabalho, outros sofrem com seu excesso. Além da precarização das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical crescem, em variadas atividades, os problemas de saúde, tanto físicos quanto psíquicos, relacionados ao trabalho. A busca da compreensão desta questão nos remete à discussão acerca das mudanças do processo de trabalho no capitalismo que expressam a necessidade constante de reprodução ampliada do capital ao longo de sua história (p. 14).

O trabalho é um direito garantido na Constituição brasileira e é o determinante das condições de vida e saúde, pois o mesmo é considerado o eixo organizador da vida social. O trabalho deve ser promotor de saúde e não de adoecimento e morte dos trabalhadores (Campos 2000). Nesse contexto, o autor anteriormente mencionado, asseveram que em meio às diversas políticas públicas de saúde desenvolvidas em nosso país “destacamos a saúde do trabalhador no âmbito da saúde coletiva que tem como objeto de estudos as relações de produção-consumo e o processo saúde-doença das pessoas e dos trabalhadores de modo particular”. Nesse âmbito, as formas de compartilhamento de adoecer e morrer que ocorre entre os trabalhadores e os não trabalhadores acontece de várias maneiras como por meio de fatores genéticos, sexo, idade, relação com risco de natureza ambiental. Porém, é importante destacar que os trabalhadores desenvolvem doenças particulares, ou seja, doenças específicas relacionadas diretamente com a função que exercem.

Segundo Campos (2000), é de fundamental importância que se façam avaliações e buscas das verdadeiras incidências de doenças relacionadas com o trabalho, pois é importante para um planejamento e realizações da ação de prevenção que inclui a identificação de riscos

presentes no ambiente de trabalho, podendo assim estar fazendo registros sobre os efeitos adversos da saúde do trabalhador em decorrência da função que o mesmo exerce. Sendo um dos maiores desafios os casos que requerem tempo para que sejam avaliadas as suas causas. De todo modo, depois de observado a necessidade dessas ações de intervenções avaliativas na saúde do trabalhador, foram desenvolvidas várias políticas públicas por iniciativa do Estado. As principais são de proteção e assistência à saúde, reabilitação profissional, seguro social, fiscalização e vigilância dos ambientes de trabalho e proteção jurídica do trabalhador. Em especial a atenção e a assistência integral à saúde dos trabalhadores no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

### 3.2 O TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR

De acordo com Brasil (2008), Segurança é uma necessidade primária das pessoas e, para que a sociedade sobreviva e seja saudável é vital que o crime e a violência, apesar de serem fatos sociais, sejam mantidos sob controle. Prover segurança aos cidadãos e à sociedade é, assim, uma tarefa inerente ao Estado, que para esse fim conte com organizações que fornecem serviços de natureza social e policial, as quais atuam segundo um ordenamento jurídico que se destina a regular as relações entre as pessoas e entre estas e o próprio Estado.

A Constituição da República Federativa do Brasil afirma que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. É exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; policiais militares e corpo de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal, ao distribuir as atribuições aos entes estatais, define que as tarefas de natureza policial cabem à união e aos estados, enquanto que aos municípios foi reservado um papel prioritariamente social. As organizações policiais federais e estaduais são, portanto, os braços por meio dos quais o Estado cumpre com o seu dever de oferecer segurança e preservar a ordem pública. (MATHIAS, 2010)

A discussão do papel atual da Polícia Militar está intimamente ligada à história recente do Brasil, marcada pela passagem de um estágio no qual a prioridade era a segurança nacional, até o momento atual, em que se discute e busca a segurança cidadã. Durante o regime militar (1964-1985), prevaleceu *ohighpolicing*, ou seja, o policiamento voltado para as atividades políticas dos que se opunham à ordem estabelecida. As polícias foram instrumentos de proteção dos interesses nacionais, que nada mais eram do que os interesses dos governantes de então e, assim, enquanto as instituições policiais orientavam suas ações centradas na perspectiva da



segurança do Estado, a dinâmica criminal no cenário urbano era relegada a plano secundário. (MATHIAS, 2010)

A polícia foi desenvolvida para proteger essa pequena classe dominante, da grande classe de excluídos, sendo que foi nessa perspectiva que se deu seu desenvolvimento histórico. Uma polícia para servir de barreira física entre os ditos “bons” e “maus” da sociedade. Uma polícia que precisava somente de vigor físico e da coragem inconsequente; uma polícia que atuava com grande influência de estigmas e de preconceitos (BENGOCHEA et al., 2004).

O princípio de atuação da PM no Brasil, durante o governo militar, se manteve com o impedimento de qualquer ideia de contestação social de grupos legais (ou ilegais) contrários ao poder vigente da época (SILVA; VIEIRA, 2008). O processo de redemocratização no Brasil trouxe uma nova constituição, em 1988, que distinguiu “segurança pública”, voltada à manifestação do crime e da violência no âmbito interno do país, de “segurança nacional”, referente a ameaças à soberania nacional e defesa do território e definiu que o papel dos órgãos policiais vincula-se à segurança pública, embora tenha ainda consignado que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, embora subordinados aos governadores dos estados, são forças auxiliares e reserva do Exército.

Ressalte-se ainda que a atuação policial mudou o enfoque, deixando de priorizar a defesa dos interesses nacionais e voltando sua atenção para as ameaças à integridade das pessoas e do patrimônio. O Estado assumiu sua condição de responsável pelo controle e prevenção da violência, dando às instituições policiais o papel de implementar a política de segurança e o cidadão, que teve seu direito ao voto restabelecido na plenitude, passa a ser visto na carta constitucional como responsável pela segurança (SILVA; VIEIRA, 2008). A segurança pública é a atividade do Estado que se traduz em empreender ações e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e usufruir o lazer, protegendo-os dos riscos a que estão expostos (MIGUEL, 2007).

A PM, um braço do estado federado, tem como atividade fim o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, competindo-lhe manter o bom estado da coisa pública; dela espera-se, de forma lacônica, que impeça que ocorram crimes ou quaisquer outras quebras da ordem. Nesse sentido, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública devem ter caráter preventivo em relação às ameaças a que potencialmente estão expostas as pessoas. Ordem pública é definida como um conjunto de instituições e de regras que mantêm o bom funcionamento dos serviços públicos e a segurança e a moralidade das relações entre particulares e cuja aplicação, em princípio, não pode ser objeto de acordo ou convenção (BUCCI, 2006).

Fraga (2005) descreve os elementos constitutivos do processo de trabalho do PM, entre os quais se destacam:

1. O trabalho propriamente dito – a atividade policial desenvolvida com a finalidade de executar a política de segurança pública; são as ações da polícia (vão desde o policiamento ostensivo até controle de tumulto); é sempre, “em tese”, planejado;

2. A matéria-prima do trabalho policial – é a sensação de segurança social, a ordem pública, o policiamento ostensivo, a defesa pública, enfim, é a segurança pública na sociedade;

3. Os meios – tudo aquilo de que o policial militar se utiliza na realização de seu trabalho; podem ser subdivididos em instrumental (aqueles que dão suporte ao PM na realização de suas atividades - uniforme, capa de chuva, as armas, viaturas, rádios transceptores, apito, coletes refletivos, papel, caneta, telefone; instrumentos, colete à prova de balas, capacete de controle de tumulto, escudo de controle de tumulto, capacete balístico, caneleiras, joelheiras, entre outros) e conhecimento técnico-operativo (aquele adquirido no exercício profissional e o conjunto de conhecimento qualificatório que o PM adquire por meio dos cursos de formação e habilitação. Por exemplo, o aporte jurídico-legal).

A missão primordial da polícia é a manutenção da ordem pública, do bem-estar coletivo e do respeito às instituições ditas como indispensáveis para que o Estado cumpra seus objetivos. A função precípua da polícia é assim a vigilância à aplicabilidade das leis, ou seja, salvaguardar a aplicação das normas que nos organizam em sociedade, trabalho que deve ser pautado na proteção do bem-estar social ou do bem público (SALES; FERREIA; NUNES, 2009).

A profissão do PM é uma atividade que requer muito do funcionário, pois é uma função ostensiva, fardado e em locais públicos, ou seja, é uma profissão de caráter preventivo que tem como objetivo evitar as ações de infratores e os atos delituosos. Requer atenção, é arriscada e o policial deve estar sempre em alerta durante toda a sua jornada de trabalho, como também estar sempre preparado nos seus dias de folga, pois em casos de emergência os mesmos são acionados para cumprir sua missão. Um policial militar trabalha sob constante pressão psicológica, em condições físicas e emocionais exaustivas, pois além das noites mal dormidas, das situações que requerem esforço físico em algumas ocorrências, o policial é bastante cobrado pela sociedade (FRAGA, 2006). Desse modo,

O ato policial deve ser nobre, elevado moral e revestido de indiscutível conteúdo ético e moral, com o objetivo de sempre buscar o bem social. O policial é o espelho da sociedade onde convive e trabalha. Para isso, deve estar acima dos demais servidores

públicos, de forma que, trabalhando mais, erre menos. Deve ser sóbrio e compreensivo para os humildes e necessitados; forte e inflexível frente aos arrogantes e perversos para, de algum modo, em razão das necessidades e cheques sociais, ter que assumir a posição de médico, algos e amigos quando necessário (BRASIL, 2008, p 27).

A polícia militar da Paraíba foi fundada ainda no tempo Imperial e é atualmente o órgão público em atividade mais antigo do Estado. Teve algumas nomenclaturas anteriores como: A Guarda Municipal Permanente no Brasil, A Guarda Municipal Permanente da Paraíba e em 1834, A Polícia Militar que permanece até os dias de hoje. De acordo com a Lei Complementar Nº 87 de 02 de dezembro de 2008 que dispõe sobre a organização estrutural e funcional da Polícia Militar da Paraíba ela está organizada com base na Hierarquia e na Disciplina como exposto no seu artigo 1º: A Polícia Militar do Estado da Paraíba - PMPB é instituição permanente, força auxiliar da reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina militares, órgão da administração direta do Estado, com dotação orçamentária própria e autonomia administrativa, vinculada à secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS, nos termos da legislação estadual vigente (PARAÍBA, 2008).

A hierarquia na PM da Paraíba é composta por Praças e Oficiais, sendo que os segundos são superiores hierarquicamente aos primeiros.<sup>2</sup> Para chegar a ser Oficial e iniciar a progressão que levará ao cargo máximo de Coronel, é necessária a aprovação por concurso e realização do Curso de Formação de Oficiais - CFO, na Academia de Polícia Militar, com duração de três anos. Ao concluir o curso, o policial se forma Aspirante a Oficial e posteriormente a Oficial (2º Tenente). O quadro abaixo demonstra a hierarquia da PM:

**Quadro 1** - Organização das hierarquias na Polícia Militar da Paraíba

OFICIAIS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coronel</li> <li>2. Ten. Coronel</li> <li>3. Major</li> <li>4. Capitão</li> <li>5. 1º Tenente</li> <li>6. 2º Tenente</li> </ol>
----------	---

Fonte: [http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Estatuto\\_dos\\_Policiais\\_Militares](http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Estatuto_dos_Policiais_Militares)

<sup>2</sup> Ver Paraíba (2014).

PRAÇAS	7. Aspirantes a Oficial 8. Cadetes 1º;2º e 3º ano 9. Subtenente 10. 1º Sargento 11. 2º Sargento 12. 3º Sargento 13. Cabo 14. Soldado
--------	---

Quanto às horas de serviços do policial militar, elas podem ser distribuídas em escala de 6 horas de trabalho por 18h de folga, 12 horas de trabalho por 36h de folga e de 24 horas de trabalho por 72h de folga. Vale salientar que durante suas horas de folga, o PM poderá ser solicitado ao serviço, ou seja, o trabalhador deverá estar sempre à disposição, pois em caso de necessidade ele poderá ser acionado a qualquer momento. O PM deve estar de prontidão para atender às necessidades do Estado e assim garantir a segurança da sociedade, por imposição legal, nas 24 horas do seu dia, conforme estabelece o artigo 31 do Estatuto dos Servidores Militares de 1997, que determina o serviço do policial militar como dedicação exclusiva, abrangendo todos os níveis hierárquicos, para a manutenção da ordem pública e a segurança da sociedade mesmo com o risco da própria vida (FRAGA, 2006).

O autor acima ressalta ainda que o PM exerce um trabalho que não é caracterizado por um trabalho contínuo, de regras fixas, ou seja, a função desse policial durante seu serviço pode seguir diversos rumos, dependendo das ocorrências que possam surgir no decorrer de suas atividades. É de suma importância ainda chamar a atenção para que além dos aspectos críticos da própria profissão o PM também está exposto a outros fatores de fundamental relevância para a sua saúde.

### 3.3 A SAÚDE DO TRABALHADOR

É impossível falar em saúde sem falar no ser humano, pois como garante a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a saúde é um direito fundamental de segunda dimensão/geração, garantido em constituições. No caso do Brasil, a saúde está garantida na constituição de 1988, onde taxativamente e especificamente expressa no seu artigo 196 a seguinte letra de Lei: Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros

agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p. 116).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde significa “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. Já Scliar (2007), fala que o conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural, ou seja, saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas. O mesmo, aliás, pode ser dito das doenças. Aquilo que é considerado doença varia muito. Houve época em que masturbação era considerada uma conduta patológica capaz de resultar em desnutrição (por perda da proteína contida no esperma) e em distúrbios mentais. Nessa consideração, condição de saúde diz respeito,

[...] à articulação entre disposições biológicas e situações sociais, culturais e ambientais de existência. Na análise da interação entre saúde e trabalho, colocamos em jogo dois planos: o âmbito do processo de trabalho, com potencial de repercussão sobre a saúde, e o âmbito da subjetividade e da vivência profissional (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011, p. 2201).

Portanto, baseado no que determina a OMS e o que foi citado por Scliar (2007), a saúde é um conjunto de circunstâncias favorável a vida do ser humano, onde o indivíduo deve estar livre de quaisquer patologias, como também estar em gozo do bem-estar físico, mental e social. Vale ressaltar que esse direito não é individual, e sim, um bem coletivo, pois seria impossível que uma pessoa com sua saúde dentro dos padrões estabelecidos pela OMS se sinta bem ao conviver com outras pessoas que estejam sofrendo. Então, todos têm o direito ao pleno gozo da saúde individualmente, mas, sem prejuízo dos demais e de maneira solidária com todos.

Sabendo-se que a saúde é um bem de todos, ou seja, é um direito coletivo, viu-se a necessidade de desenvolver medidas de prevenção, proteção e recuperação da mesma junto à comunidade. Como afirma Campos (2000), os movimentos ideológicos foram fundamentais para o surgimento de políticas públicas voltadas para a saúde coletiva, um movimento que contribuiu para a construção e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, como também para uma melhor compreensão do processo saúde e doença. De acordo com Carvalho (2010), com o desenvolvimento da sociedade, alguns paradigmas foram quebrados, novas maneiras de promover saúde foram surgindo, reformas sanitárias aconteceram, pois com

os avanços tecnológicos os aspectos culturais, sociais e econômicos já não eram os mesmos comparados às décadas passadas, pois “o esgotamento do paradigma biomédico, a mudança do perfil epidemiológico e os novos desafios sociopolíticos e culturais das últimas décadas têm ensejado o aparecimento de novas formulações sobre o pensar e o fazer sanitário” (CARVALHO, 2010, p. 23).

Ainda segundo Carvalho (2010), essas realidades mundiais tiveram seu reflexo no Brasil, onde se observou a necessidade de meios eficazes e que produzam resultados favoráveis à saúde da população, que com a influência dos modelos teórico-conceituais dos paradigmas da saúde coletiva no Brasil e a Promoção da Saúde, com seu surgimento na década de 1970 nos países desenvolvidos, contribuíram para que surgisse aqui o Sistema Único de Saúde (SUS), afirmando coincidentemente a importância da coletividade, do social e na determinação do processo Saúde-doença.

As doenças ocupacionais têm enorme impacto na produtividade e afetam o bem-estar social e econômico dos Trabalhadores e suas famílias. Cerca de cem milhões de trabalhadores no mundo inteiro se ferem e 200 mil morrem todos os anos devido a acidentes nos locais de trabalho. Cerca de 68.157 milhões de casos de doenças ocupacionais são atribuíveis à exposição a perigos ou à carga de trabalho (TAVOLARO, et al., 2007, p. 308).

São vários os campos pertencentes a esse conjunto de normas e estratégias de prevenção, promoção e recuperação da saúde, pois de acordo com Barros (2006) a Saúde coletiva é bastante abrangente, aproximando profissionais de diversas áreas, às vezes favorável outras vezes não. Porém, o que se observa é que nessa interação o objeto de estudo central para todas as classes profissionais é o mesmo, ou seja, a saúde da população.

A produção de conhecimentos sobre saúde e trabalho ao longo do século XX foi construída a partir de uma perspectiva de análise e prospecção do crescimento econômico e social e suas diferentes formas de proteção social vinculadas ao emprego formal. Por muitas décadas as políticas na área da Saúde do Trabalhador, estiveram voltadas, preponderantemente, para situações de riscos sociais, garantidas através de um seguro social contributivo, caracterizando-se como uma ação indenizatória de reparação das sequelas decorrentes do trabalho, perpetuando assim o enfoque do risco socialmente aceitável sobre a saúde do trabalhador (RODRIGUES, 2010, p. 1390).

Portanto, falando-se de saúde coletiva, ou seja, saúde de todos, restringimos nosso estudo à saúde do trabalhador policial militar, onde depois de realizadas algumas buscas de artigos na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* – SciELO sobre pesquisas voltadas para a saúde do PM, pode-se observar uma escassez muito grande de trabalhos realizados abordando este assunto.

### 3.4 SAÚDE DO POLICIAL MILITAR

A função policial militar, como já citado neste estudo, é um trabalho que requer bastante do profissional, pois é um cargo muito complexo e que não segue um horário limite como as demais profissões. Segundo Silva; Vieira (2008), são várias as funções exercidas por um PM. Entre essas, destacam-se: assegurar as instituições, garantir a ordem nos estados, atuar de maneira repressiva e/ou preventiva, atender as convocações para prevenir ou reprimir graves perturbações, tanto internas quanto ao nível do governo federal, em caso de guerra externa.

Não há como negar como este trabalho compromete sua vida. Pode-se dizer neste caso que não é a profissão que passa a ser parte da vida, mas a vida que passa ser envolvida pela profissão. Mesmo quando não está em serviço, o policial está em constante estado de alerta, já que é obrigado pela profissão a estar sempre disponível as necessidades de segurança do estado, mesmo que isso implique em sacrifícios de finais de semana em família, feriados ou férias (SILVA, 2009, p. 04).

Por consequência das várias funções exercidas pelo policial militar, a saúde dos mesmos se torna mais debilitada em relação a outras categorias, pelo menos é o que mostra uma Pesquisa Nacional Sobre Saúde e Nutrição que a obesidade, observada com maior frequência em policiais militares, constitui relevante fator de risco que se associa à morte por hipertensão, ao aumento do colesterol e do açúcar sanguíneo. Assinalamos que a medida do peso corporal dos policiais (civis e militares) é 32% superior à média da população brasileira, a prática de atividade física também é menor do que a encontrada entre vários grupos profissionais (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Como sintomas advindos dessa situação quanto à saúde dos policiais militares, temos que “predominam dores no pescoço, costas ou coluna, torção ou luxação de articulação e outros agravos relativos a músculos” (ibidem, p. 2203).

E não é só a saúde física do policial que está passiva de sofrer as consequências das diversas atividades executadas por ele, a saúde mental desses profissionais também pode se tornar debilitada, pois devido ao acúmulo de papéis atribuídos aos profissionais policiais militares, que vão desde a prevenção às atividades investigativas, descortinam-se problemas quanto a como se organizar o trabalho desses profissionais frente ao que se coloca na realidade social. A importância desses problemas emerge principalmente devido às consequências implicadas na saúde mental dos policiais militares. Assim, “polícia é uma instituição pública de prestação de serviços, com o propósito de fazer valer o direito à segurança. Assim sendo, pode-se dizer que a atividade do policial sofre pressões decorrentes tanto da organização do trabalho quanto dos fenômenos sociais” (SILVA; VIEIRA, 2008).

Segundo Silva (2009), outro fato que chama bastante a atenção é em relação à visão que a sociedade tem do policial militar, pois geralmente se generaliza o comportamento de alguns para todo o imenso contingente de policiais militares, o que dificulta uma visão mais ampla a respeito do sofrimento deste profissional, pois essa profissão possui um estereótipo ligado ao seu comportamento onde parece que não existe sofrimento.

Sim, o policial sofre. Ele também é vítima de violência, seja trabalhando, seja quando esconde seu uniforme para que seus vizinhos não descubram sua profissão. Ele também é assaltado em ônibus, lugar onde ele prefere entrar de maneira anônima, mesmo tendo direito de circular gratuitamente quando fardado. Ele também tem contas a pagar, problemas com a família, também tem medo de morrer. E ele também morre (p. 5).

O que se deduz dessa problemática é que podemos considerar a atividade policial militar como “desumana” pela ótica dos próprios policiais militares. Para eles, é cabível até mesmo o uso do termo “*robocop*”, ou melhor, o personagem da ficção traduz o aspecto simbólico da máquina que deve agir sem apresentar capacidades humanas. Por esse viés, “é importante considerar algumas determinações que podem estar na origem dessa concepção, sendo que a principal delas é a própria formação dos policiais” (SILVA; VIEIRA, 2008, p. 165).

Outro fator que afeta bastante a saúde do policial militar é o estresse. Segundo Oliveira; Bardagi (2010), considera-se que a atividade exercida pelo policial militar é de alto risco, pois são profissionais que lidam diariamente com a violência e a brutalidade, embora as atividades policiais e militares sejam identificadas como vulneráveis ao estresse, não existem muitos estudos específicos com amostras deste tipo.

Outra situação de grande relevância é a questão do impacto do trabalho policial militar sobre a família dos policiais, pois, como nos mostra Derenusson & Jablonski (2010), temos que:

Não raro atendemos a viúvas de policiais, que perderam seus companheiros no serviço ou vitimados por violência fora deste. Afora a vitimização física, encontramos perdas subjetivas: é comum o relato de companheiras de policiais que apontam para uma mudança indesejável de identidade dos mesmos após a entrada na Corporação, com estes tornando-se mais rígidos, indiferentes à família ou mesmo agressivos. Da mesma forma, nos deparamos com casos de policiais que, após passaram por situações traumáticas, ficaram impossibilitados de prover à sua família o apoio emocional outrora disponível (p. 23).

O que se tem é que no tocante à saúde do trabalhador e sua inter-relação com a família, quando esse elo (trabalhador-família) passa a ser fruto de desajustes, aparece como



consequência o “adoecimento”, já que a família possibilita o acolhimento para “os cuidados e proteção básica, que alicerça a construção da identidade que acolhe a particularidade dos sujeitos e contribui para o desenvolvimento do “eu”. Lugar da socialização, da descoberta do “outro”, enfrentamento dos limites à expansão ilimitada dos desejos individuais” (RODRIGUES, 2010, p. 1391). Além disso, na família, constrói-se a “convivência coletiva sobre parâmetros morais, sociais e éticos da sociedade. É onde os trabalhadores desenvolvem estratégias individuais e coletivas para o enfrentamento do acidente e adoecimento relacionados ao trabalho” (ibidem, p. 1391).

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 TIPO DE ESTUDO

Tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratória descritiva, de campo, com abordagem qualitativa. Segundo Severino (2007), a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, onde neste caso delimita-se o campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto. A pesquisa exploratória é considerada na verdade uma preparação para a pesquisa explicativa. Ela é descritiva, pois se preocupa com descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, narrativas, declarações, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais, dentre outras formas de coleta de dados e informações (ZANELLA, 2009, p. 76).

De acordo com Severino (2007), na pesquisa de campo a abordagem do objeto/fonte se dá em seu meio próprio, onde a coleta de dados é feita observando-se as condições naturais em que o fenômeno ocorre, com observação direta e sem que haja por parte do pesquisador a intervenção e manuseio. “Abrange desde os levantamentos (*surveys*), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (p. 123).

Segundo Lakatos & Marconi (2008), o método qualitativo não emprega instrumentos estatísticos, mas não é só isso que o difere do quantitativo, mas também pela forma de coleta e da análise dos dados, pois “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre intervenções, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”

### 4.2 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com Policiais Militares que pertencem ao 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM) do Estado da Paraíba, localizado na cidade de Cajazeiras. A referida cidade possui hoje uma população de 58.437 habitantes, sendo 47.489 na zona Urbana e 10.948 na zona Rural, conforme dados do IBGE (2010), e está distante da Capital João Pessoa, 487,3 Km.

O 6º BPM oferta ações de Segurança Pública em Cajazeiras e em outras 14 cidades circunvizinhas, tais como: Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, São José de Piranhas, São João do Rio do Peixe, Bonito de Santa Fé, Joca Claudino, Poço de José de Moura, Poço Dantas, Triunfo, Carrapateira, Uiraúna, Bernardino Batista, Monte Horebe e Santa Helena. Redistribuídas em 03

(três) Companhias que são subunidades da polícia militar que segue a seguinte ordem hierárquica: Unidade: Batalhão de Polícia Militar (BPM); Subunidades: Companhia de Polícia Militar (CPM); e Pelotão de Polícia Militar (PelPM). Unidade, Subunidade e Pelotão que têm a seu cargo as missões de policiamento ostensivo normal, a pé e motorizado.

Em relação às Companhias temos a 1ª CIA com sede em Cajazeiras (Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe e Santa Helena); A 2ª CIA com sede em Uiraúna (Poço Dantas, Joca Claudino, Poço José de Moura, Triunfo e Bernardino Batista) e, a 3ª CIA com sede em São José de Piranhas (Bonito de Santa Fé, Carrapateira, Monte Horebe). O 6º BPM possui atualmente um total de 355 policiais na ativa.<sup>3</sup>



Fonte: Google imagens, 2014

**Figura 1** - Mapa do Estado da Paraíba dividido por regionais, onde o 6º BPM está localizado na 9ª Regional a Oeste do presente Mapa.

A escolha desta área para a realização dessa pesquisa foi de forma estratégica, pois a mesma encontra-se no alto sertão paraibano. Como também pela escassez de estudos sobre essa temática nesta região e pelo fácil acesso do pesquisador para realizar o estudo.

#### 4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram 20 policiais militares que pertencem à 1ª CIA (do 6º BPM, a mesma possui atualmente um total de 179 policiais. A amostra foi delimitada a partir de critérios de inclusão e exclusão. Como critério de inclusão destacam-se: trabalhar na 1ª CIA;

<sup>3</sup>Policial na ativa é aquele que efetivamente está desempenhando normalmente suas atividades, pois, no mundo policial militar quando um policial se aposenta ele primeiro vai para a reserva e depois é reformado

encontrar-se na CIA durante a realização da pesquisa e aceitar participar voluntariamente da pesquisa. Como critérios de exclusão foram utilizados: os policiais que estavam de folga ou de licença durante a realização da pesquisa; os que estavam de atestado ou qualquer outro motivo que os impossibilitasse os mesmos de participar do estudo.

#### 4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) baseada num roteiro preliminar de perguntas abertas, que abordaram assuntos como condições de trabalho e de saúde dos policiais que responderam aos objetivos propostos.

A entrevista despadronizada ou semiestruturada – também chamada de assistemática, antropológica e livre – quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão (LAKATO; MARCONI, 2008).

Segundo Severino (2007), na entrevista semiestruturada utiliza-se questões abertas, ou seja, não direcionadas e previamente estabelecidas, onde por meio dela as informações dos sujeitos são colhidas através do seu discurso livre. O pesquisador mantém-se em escuta e anotando todas as informações repassadas pelo entrevistado e só intervém discretamente em caso eventual, para estimular o depoente. O pesquisador deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade e sem que o mesmo passe por constrangimentos para que possa expressar suas representações.

Para análise da melhor adequação dos dados que foram coletados, a pesquisa foi submetida ao teste-piloto, ou pré-teste, com a principal função de avaliar o instrumento usado na coleta de dados. Através desse teste pode-se observar a relevância das perguntas, ver as falhas e reformular o instrumento. Sendo esse um ensaio para determinar se o instrumento foi formulado com clareza, sem parcialidade e se é útil para a geração das informações desejadas (LAKATOS; MARCONI, 2008).

As entrevistas foram individuais, gravadas e transcritas.

#### 4.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O pesquisador foi inicialmente à sede do 6º BPM de Cajazeiras – PB solicitar a autorização da pesquisa (ANEXO B). Posteriormente, foi exposto aos policiais militares os objetivos da pesquisa. Logo após, foi solicitado para aqueles que desejassem contribuir com o

estudo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), em duas vias, onde uma ficou com o PM e a outra com o pesquisador. A partir desse momento, a entrevista foi iniciada.

#### 4.6 ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas foram gravadas, ouvidas e transcritas na íntegra. Os dados foram agrupados em categorias ou núcleos de análise, que de acordo com Figueiredo (2007), na utilização de um método qualitativo, por sua vez, as informações que convergem durante sua interpretação podem ser expressas em categorias ou núcleos de análise, podendo ser divididas em subcategorias ou subnúcleos que trazem ideias centrais sobre a interpretação das informações colhidas.

Portanto, na análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de forma temática que seguiram as etapas de pré - análise, que consistiu na escolha das respostas a serem analisadas e retomadas os objetivos iniciais da pesquisa. Exploração do material, que possibilitou a classificação dos dados com vistas a alcançar o núcleo de compreensão do texto. A terceira etapa foi o tratamento dos resultados obtidos que se pautou na análise dos agrupamentos dos dados contidos nas entrevistas, estabelecendo relações entre os resultados e a literatura. E por fim, a interpretação, que abordou a análise propriamente dita do estudo (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007).

Os dados foram confrontados com a literatura pertinente acerca do tema estudado.

#### 4.7 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA

A pesquisa seguiu às normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que trata das pesquisas desenvolvidas com seres humanos, pois “o respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”. Não teve riscos nem constrangimento físicos e/ou moral. Existem benefícios quanto ao conhecimento sobre as informações que foram trabalhadas tanto para os acadêmicos quanto para os Policiais Militares e a sociedade em geral.

Em todas as etapas da pesquisa o anonimato foi mantido e o profissional militar pôde desistir de participar da mesma em qualquer momento caso desejasse. Para garantir o anonimato dos policiais entrevistados, utilizou-se a sigla “PM” e a sequência numérica das entrevistas realizadas. Sendo assim, foram caracterizados da seguinte forma: PM01, PM02, ..., PM20.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As investigações relacionadas à categoria dos policiais militares muitas vezes se referem à questão de violência, os riscos e as inseguranças da profissão, o estresse vivenciado durante as operações; mas faz-se necessário avaliar as condições de trabalho e de saúde dos policiais como forma de melhorar a qualidade de vida, bem como aumentar a satisfação no desempenho de suas atividades.

Após ouvir as entrevistas e, posteriormente transcrever as falas dos entrevistados, a fim de atender aos objetivos da pesquisa, os dados foram agrupados em categorias de modo a torná-los mais compreensíveis, facilitando o entendimento do leitor.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa 20 (vinte) policiais militares pertencentes à 1ª CIA do 6º Batalhão, localizado no município de Cajazeiras - PB. Na tabela abaixo, apresentamos os dados referentes ao sexo, idade, situação conjugal, número de filhos e escolaridade dos entrevistados.

Tabela 02. Distribuição dos policiais militares referentes ao sexo, idade, situação conjugal, número de filhos e escolaridade.

<b>CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>SEXO</b>		
Masculino	20	100
Feminino	-	-
<b>IDADE</b>		
25 – 35 anos	06	30
36 – 45 anos	08	40
46 – 55 anos	06	30
<b>SITUAÇÃO CONJUGAL</b>		
Casado	11	55
Solteiro	04	20
União Estável	05	25
<b>NÚMERO DE FILHOS</b>		
Nenhum	05	25

1 a 2 filhos	10	50
3 a 4 filhos	04	20
Mais de 4 filhos	01	05
<b>ESCOLARIDADE</b>		
Ensino Fundamental Completo	04	20
Ensino Médio Completo	10	50
Ensino Superior Completo	06	30
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: 1ª CIA do 6º Batalhão, Cajazeiras – PB 2015

Ao analisar os dados acima, pode-se observar que a totalidade dos entrevistados é do sexo masculino, evidenciando a realidade existente neste campo de atuação.

Uma das principais causas de desigualdade no número de profissionais entre o sexo masculino e o feminino está atrelada à cultura patriarcal dos séculos passados, que via essa atividade exclusiva para homens (CAPPELLE; MELO, 2010).

França (2012) afirma que o ingresso de pessoas do sexo feminino no trabalho policial militar é bem menor se comparado com o sexo masculino, visto que essa profissão requer uma resistência física bem maior em comparação a outras profissões. Acrescenta ainda que a nossa sociedade, devido a suas estruturas históricas, pautou-se num modelo patriarcal e machista e que nos concursos públicos para o CFO (Curso de Formação de Oficiais), o quantitativo de vagas para homens é três vezes maior que para mulheres.

Em um estudo que procurou descrever o nível de estresse dos policiais militares realizado na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, encontramos resultados semelhantes, visto que 95,5% dos entrevistados eram indivíduos do sexo masculino (COSTA et al., 2007).

Quanto à idade, a maioria dos entrevistados se encontrava na faixa etária de 36 a 45 anos (40%). Esse dado é semelhante ao de uma pesquisa realizada com policiais militares na cidade do Recife – PE, no ano de 2007, onde 59,3% dos participantes encontravam-se nesta mesma faixa etária. Os pesquisadores afirmam que esta idade é justificada porque o candidato para ingressar na carreira militar deve ter no mínimo 18 anos e vai para a reforma depois de 30 anos de serviço prestado (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2012). Neste caso, os entrevistados encontram-se com um pouco mais da metade dos anos de serviço ativo.

Com relação a situação conjugal 55% dos policiais entrevistados eram casados. Os dados analisados se assemelham com uma pesquisa realizada na cidade de Natal-RN, que teve



como objetivo descrever e produzir um instantâneo do nível de estresse nos policiais militares, onde 53,8% encontram-se também casados (COSTA et. al., 2007)

Outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro- RJ, entre os anos de 2005 e 2007 com uma amostra de 1.700 policiais militares e teve como objetivo avaliar os fatores associados ao sofrimento psíquico, mostrou que 75,4% são casados, ou seja, esses resultados também se assemelham com este estudo (SOUZA et al., 2012).

Quanto ao número de filhos, observa-se na amostra que 50% dos participantes da pesquisa têm entre 1 a 2 filhos, dados semelhantes a uma pesquisa realizada com policiais de ambos os sexos no Estado de Pernambuco lotado no comando de policiamento da capital Recife, realizado no período de 2007 a 2008, onde 54,6% dos policiais entrevistados tinha entre 1 a 2 filhos (FERREIRA, 2009).

São vários os fatores relacionados à queda nas taxas de fecundidade e de natalidade nos últimos anos no Brasil. As mulheres estão ocupando diferentes espaços no mercado de trabalho, além de um maior acesso às campanhas de planejamento familiar (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

Quanto à análise da questão sobre escolaridade, pode-se observar que 50% dos entrevistados possuem o ensino médio completo e 30% possuem o nível superior completo. Esses dados corroboram com uma pesquisa realizada com policiais militares de dois batalhões do Estado de São Paulo-SP, que teve como objetivo avaliar a percepção de policiais militares da força tática e de rua acerca dos aspectos que permeiam sua saúde mental, onde 54,2% dos participantes do estudo apresentavam ensino médio completo e 41,7% tinha o ensino superior completo (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Esses resultados podem ser justificados por vários fatores como, por exemplo, os novos critérios de seleção para ingressar nas carreiras militares que exigem no mínimo o ensino médio completo, enquanto era exigido apenas o ensino fundamental. Segundo França, (2012), em 1999, aconteceu o primeiro concurso público para soldado que exigia o ensino médio completo, onde antes o ensino fundamental era obrigatoriedade necessária para ingressar na PMPB (Polícia Militar da Paraíba).

Em relação ao ensino superior pode ser justificado pela exigência do mercado de trabalho de profissionais cada vez mais qualificados, acompanhados de uma maior acessibilidade ao ensino superior observada nos últimos anos.

Segundo uma pesquisa divulgada em setembro de 2014 pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Analfabetismo recuou em todas as regiões do Brasil, caindo de 8,7 em 2012 para 8,3 em 2013 considerando a população com

quinze anos ou mais, e se comparar os últimos dez anos verifica-se um resultado mais significativo (BRASIL, 2015).

A pesquisa citada anteriormente ressalta ainda que foi avaliado o grau de escolaridade de quatro grandes grupos ocupacionais e que três deles são mais da metade (60,4%) os que apresentam o ensino médio completo e/ou superior incompleto, dentre eles destacam-se: Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

## 5.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

### 5.2.1. SATISFAÇÃO QUANTO A ESCOLHA PROFISSIONAL

Nesta subcategoria buscou-se analisar se os policiais militares estavam satisfeitos com a profissão que exercem e escolheram para suas vidas, e embora suas atividades estejam marcadas pela violência, pela periculosidade, pelas jornadas de trabalho prolongadas, 65% dos entrevistados dizem estar satisfeitos com a profissão que escolheram. O desejo de ser policial, a estabilidade financeira que a profissão os trouxe, bem como o fato de poder dar o sustento a sua família através do desempenho de suas atividades foram os motivos da satisfação que a maioria citou, conforme se observa nas falas abaixo:

“Sim. Sou satisfeito sim, foi a profissão que almejava muito e com muito esforço consegui estou nela até hoje depois de 23 (vinte e três) anos de serviço e tô muito satisfeito. Pretendo continuar na mesma” (PM 04)

“... apesar de algumas dificuldades, eu sou satisfeito, principalmente, porque a polícia tem um lado positivo, ela oferece pelo menos a estabilidade ...” (PM 12)

“Sou, porque sou... é, é, a profissão que eu escolhi é porque eu gosto do que faço, não sou bem pago por isso, mas... contudo, eu gosto do que faço” (PM 19)

“Sim, sou satisfeito porque minha família vive do meu trabalho tenho minha casa, tenho meu transporte através do meu trabalho” (PM 05)

“Sim, acredito que pelo sustento da família e próprio né?” (PM 13)

Sabe-se que nos dias atuais existe uma preocupação voltada para a classe trabalhadora, a fim de verificar seu comportamento e sua satisfação profissional. O trabalho influencia grandemente na vida das pessoas, pois na maior parte de seu tempo, os indivíduos encontram-se no ambiente de trabalho. O trabalho é fonte de sustento, dignifica o homem, mas apesar do seu lado enobrecedor e capaz de elencar uma identidade positiva ao homem, ele pode ser visto como algo indesejado.

Um estudo realizado no Rio de Janeiro com policiais civis e militares encontrou resultados semelhantes, visto que apesar da falta de reconhecimento social e a não valorização dos policiais, a maioria dos entrevistados sente-se satisfeita com a profissão que escolheu seguir. E se lhes fossem dado novamente a escolha de seguir uma profissão, mais de 70% dos participantes da pesquisa escolheriam outra vez a mesma profissão, onde afirmaram que chegam a sentir-se bem com certas situações que se deparam como a de medo e adrenalina (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Já em uma pesquisa composta por 27 policiais militares selecionados aleatoriamente dentro do 4º Batalhão de Polícia Militar (4ºBPM) localizado na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, que teve como objetivo medir a satisfação profissional, verificam-se resultados contrários ao do presente estudo, visto que 58,08% dos entrevistados na modalidade geral responderam estar insatisfeito com a profissão. Sendo que dentre os seguintes fatores: satisfação geral, relacionamento interpessoal, motivação, benefícios compensadores, desgaste físico e psicológico. O fator benefícios compensadores obteve resultados alarmantes de insatisfação, o que é preocupante, pois esse é um dos principais fatores motivacionais para o desempenho do trabalho policial militar (DIAS; MARTINS, 2013).

A satisfação no trabalho é de difícil mensuração, devido à diversidade de seus aspectos e ainda é considerada uma variável de atitudes que reflete como o indivíduo se sente em relação ao trabalho de forma geral e em seus vários aspectos (SIQUEIRA; KURCGANT, 2012).

A satisfação profissional possui um papel importante para a eficácia no desempenho das atividades laborais do profissional, sendo que o contrário também acontece, ou seja, se o trabalhador não é satisfeito com a profissão que executa, existe uma grande possibilidade de que o trabalho não resulte em um desempenho tão eficaz (DIAS; MARTINS, 2013).

Garrido (2009) afirma que a satisfação no trabalho depende de vários aspectos, tais como o ambiente, as atividades laborais em si, os colegas, a chefia, são alguns exemplos dados pelo autor. Ele ressalta ainda que saber o que motiva, o que satisfaz o trabalhador e descobrir o procedimento adotado com relação a ele, trará melhoras significativas no seu bem estar no trabalho e, conseqüentemente, no seu desempenho profissional.

Ao analisar as entrevistas observamos também aqueles policiais que não se consideram satisfeitos com a profissão e que continuam exercendo a mesma por necessidade, estão aguardando uma próxima oportunidade para saírem da profissão, conforme pode ser visualizado nas falas abaixo:

“Não, sou satisfeito não com a profissão que eu escolhi não, trabalho mais por necessidade”(PM 11)

“Não muito, eu... justamente isso que eu conclui um curso superior na área da saúde que pretendo até mesmo mudar de profissão” (PM 14)

“Não me considero satisfeito com a profissão que eu escolhi, porque apesar de considerá-la como um ofício de vital importância para a sociedade, não é levado a sério neste país” (PM 17)

“... a verdade quando agente trabalha agente quer um retorno, no momento eu não, num estou vendo este retorno. Por isso não me... não estou satisfeito por completo” (PM 20)

Segundo Marqueze & Moreno (2005), são diversas as consequências decorrentes de estar ou não satisfeito com o trabalho, seja no plano pessoal ou profissional, e esses fatores afetam diretamente o comportamento, a saúde e o bem estar do trabalhador. O trabalho quando executado atrelado a fatores estressantes e de insatisfação é tida como uma verdadeira prisão em decorrência das condições inadequadas que são executadas.

Se a satisfação profissional é determinada por vários fatores positivos, a insatisfação profissional é o inverso, ou seja, são fatores negativos que as determinam. Esses fatores negativos também podem interferir na qualidade do serviço como, “a ausência de perspectiva de crescimento profissional e salários inferiores à função exercida, que conduzem além da insatisfação no trabalho ao aumento do absenteísmo, da rotatividade de profissionais e ao desgaste físico e profissional da equipe” (NUNES; CASTRO; CASTRO,2011).

O autor acima citado ressalta ainda que para diminuir os problemas causadores da insatisfação no trabalho, devem ser propostas algumas ações como a adaptação do ambiente de trabalho ao homem, o aumento das oportunidades para atividades sociais, valorização da remuneração adequando-o a função exercida, os planos de cargos e carreiras e as leis trabalhistas.

As formas expressivas de insatisfação com o trabalho segundo Andrade, Pereira & Ckagnazaroff (2007), são de diversas formas: pedido de demissão, reclamações, insubordinação, furtos e fuga da responsabilidade. O autor chama a atenção para o fato de que os trabalhadores insatisfeitos com a profissão buscam um emprego que possua um ambiente no qual sejam reconhecidos e valorizados, um ambiente que possua um bom relacionamento com os colegas e a chefia quanto a uma oportunidade de carreira e desenvolvimento.

### 5.2.2. AUTOPERCEPÇÃO QUANTO AO RISCO DA PROFISSÃO

Se pensarmos, vivemos diariamente situações constantes de riscos. Já diz a sabedoria popular, “viver é um risco permanente”. Como o trabalho faz parte da vida do homem, as profissões que exercemos têm também os seus riscos, umas mais que outras. Aqui se buscou analisar como os policiais classificariam a profissão que os mesmos exercem de acordo com o risco, e observou-se que a totalidade dos entrevistados considera a profissão de policial militar como de alto risco, em virtude da violência, da exposição direta ao perigo, por ser uma profissão que tem como objetivo principal coibir a criminalidade, como pode ser evidenciado nas falas abaixo:

“Eu considero de alto risco, devido da violência que e encontra em nosso país” (PM 01)

“Altissimo. Não só as intemperes do dia-a-dia do policial militar a que somos envolvidos, bem como também as condições de trabalho que nos compromete a saúde física e mental” (PM 03)

“De alto risco, se policia não for de alto risco então não tem outra profissão que seja de alto risco não” (PM 20)

Em uma pesquisa realizada com policiais civis e militares sobre a percepção do risco que essas profissões possuem, o resultado é de que a percepção de alto risco é quase totalizada para as duas categorias, porém a pesquisa mostra que na percepção dos policiais militares esse resultado é absoluto, confirmando assim o resultado do presente estudo. Ainda que esteja fora do seu ambiente de trabalho 94,1% dos policiais militares afirmam estar em risco (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007).

Os autores supracitados ressaltam ainda que os profissionais policiais militares constituem uma categoria de servidores, onde o risco não é um mero acidente em seu cotidiano, mas que desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. O perigo e audácia são tributos de suas atividades. O policial militar mantém seus corpos permanentemente em exposição e seus espíritos não descansam.

A profissão de policial militar é sem dúvida uma profissão de alto risco, pois esses agentes estão diretamente expostos a situações de risco, onde podem comprometer sua saúde física e/ou mental ou até mesmo perder sua própria vida. O risco nessa profissão vai além da probabilidade, ou seja, é um fator inerente a este trabalho, já que é uma profissão que possui diversos fatores contribuintes para que o risco exista (SILVA; PINTO, 2012).

Quando se fala em profissões de risco, o senso comum pensa logo em profissões como as de bombeiro, militar ou polícia. Hoje em dia qualquer profissão pode ser considerada de risco, pois em todas elas existem fatores que se não forem tomados em atenção podem levar a graves complicações a nível físico ou psíquico (RODRIGUES, 2008). Para o autor, as profissões que envolvem contato mais direto com matérias perigosas, com armas, que exigem esforço físico ou que envolvem situações que podem pôr diretamente a vida da pessoa em perigo, são mais propícias aos acidentes de trabalho.

De fato, a profissão do policial militar possui um alto grau de perigo. O risco na profissão é inerente às suas atividades, e é citado no juramento de ingresso e nas leis que definem suas obrigações. Ao ingressar na carreira militar, o policial promete cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-se inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida.

### 5.2.3. CONSEQUÊNCIAS DA PROFISSÃO NA VIDA DO POLICIAL MILITAR

Foi questionado aos entrevistados se o desempenho de seu trabalho já lhes trouxe alguma consequência física ou mental, e através dos relatos pôde-se observar que 80% dos participantes afirmam que sim. Citaram o estresse, a insônia, acidentes com arma de fogo, agressões, entre outros, conforme se observa nas falas abaixo:

“Sim, física, pelo próprio cansaço físico devido à sobre cargas, devido à sobrecarga de serviço e emocionais... estresse” (PM 18)

“Sim, é... eu já sofri um tiro acidental indo pro trabalho” (PM 5)

“Sim. Estresse, insônia, falta de apetite e demais doenças como câncer de pele também divido a e... insolação e outras” (PM 16)

“Como consequências físicas destaco problemas relacionados à coluna vertebral e a circulação sanguínea nos membros inferiores, nos policiamentos de festividades e nos... nos... policiamentos de viaturas. Também destaco os problema relacionados a insônia (...) No âmbito emocional, eu destaco o estado permanente de alerta em que agente vive” (PM 17)

Pelo desenvolvimento das atividades de trabalho do PM, que lida diariamente com a violência, com condições de trabalho nem sempre favoráveis, por não poder demonstrar fragilidade, por estar sempre em estado de alerta, mesmo em períodos de folga ou férias, é natural que o mesmo somatize questões psicológicas em problemas de saúde, e isso levará ao

aparecimento de problemas como *pressão alta, insônia, dores de cabeça*, dentre outras (SOUZA; MINAYO, 2005).

Os policiais militares possuem uma grande probabilidade de serem vítimas de várias consequências tanto físicas como emocionais, principalmente as praças, que são os mais vitimados por ser a linha de frente no trabalho operacional e que executam a atividade fim (SOUZA; MINAYO, 2005).

Uma pesquisa realizada no Comando de Policiamento da Capital, Recife-PE, com 288 PM's, com o objetivo de analisar as condições de saúde, de trabalho e os modos de vida, encontrou resultados semelhantes, visto que 90% dos entrevistados apresentavam queixas de saúde que estavam relacionados ao desempenho de seu trabalho. As queixas mais citadas foram fadiga, problemas de visão, dores musculares, ansiedade, irritação e dores de cabeça (FERREIRA, 2009).

Por ser uma atividade de alto risco, o policial militar está mais propício a desenvolver doenças psicológicas, pois esses profissionais lidam no seu cotidiano com a violência, a brutalidade e a morte. Algumas literaturas apontam que os policiais militares estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse, pois se encontram constantemente expostos ao perigo, agressão e muitas das vezes têm que interferir em situações de problemas, conflitos e tensão (COSTA et al., 2007).

Em uma pesquisa realizada com 19 policiais militares da cidade de João Pessoa-PB, tem-se que são vários os fatores que contribuem para que doenças psicológicas venham surgir nos policiais militares, como por exemplo, as pressões da organização e a sociedade aflita, são fatores que podem aumentar a fadiga e as crises mentais. A pesquisa aponta que o percentual de aposentadorias por invalidez devido a transtornos psiquiátricos, que foram homologadas pela junta médica da PMPB, em 1998, equivale a 25,5%. Outro dado importante é que cerca de 75,8% desses reformados situam-se na faixa de 20 a 29 anos. Nos dados da pesquisa também é apontado que na escala hierárquica os policiais mais afetados (73, 2%) são os cabos e os soldados por possuírem maiores chances de envolvimento com situações de risco, em função da demanda da sociedade que se encontra cada vez mais violenta (SILVA; VIEIRA, 2008).

Em uma pesquisa realizada com a polícia militar do Ceará sobre Adoecimento Psicológico, mostrou-se que as doenças mentais mais relacionadas com o trabalho do PM são: neurose profissional, transtorno do ciclo vigília/sono, reação ao estresse grave (transtorno de

adaptação) e síndrome de <sup>4</sup>*burnout*. Todos resultantes do fator estresse oriundo das relações de trabalho (PAULINO; LOURINHO, 2014).

#### 5.2.4. O TRABALHO DO PM X RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS

Durante a entrevista foi questionado aos participantes se o trabalho interfere nas suas relações familiares e/ou sociais e 75% da amostra afirma que sim, sobretudo em relação à família. Citaram a ausência constante do ambiente familiar devido às excessivas jornadas de trabalho, o estado de atenção constante mesmo de folga, o estresse da profissão que muitas vezes é levado para dentro de casa, foram fatores considerados que afetam suas relações sociais e familiares. Isso pode ser evidenciado nas falas abaixo:

“Alguns momentos como aniversário de esposa, de filhos, é... datas comemorativas, feriados que você na obrigação do seu serviço você tem que se fazer presente é... deixando de ta ao lado de, de seus familiares para ta de serviço né? acho que essa, essa ai é o que interfere nessa situações nessas datas comemorativas (pm 4)

“É... através do estresse, às vezes eu chego em casa e me sinto muito estressado devido a minha rotina de trabalho e tenho desavenças em casa com meus familiares” (pm 5)

“As vezes sim, divido a escala a rente tê que tirar serviço extra e essa quantidade de serviço faz com que agente chegue estressado e as vezes tem atrito em casa, é comum” (pm 6)

“Você corre o risco de... ficar sendo ameaçado... e... na sua folga no meio civil sempre acontece aqueles fatos de... um ou outro desaforado querer prestar contas com você na folga e... você andar temeroso”(pm 10)

O trabalho vem ocupando a maior parte do tempo do ser humano. De início tinha um valor apenas para suprir as necessidades básicas de subsistência, principalmente após a Revolução Industrial, e agora está fazendo parte do ponto central do ser humano, fazendo assim com que as pessoas dediquem mais tempo ao trabalho do que à família (CAVASSANI; CAVANSSANI; BIAZINE, 2006).

A inserção cada vez maior dos policiais em seu contexto de trabalho, que tendem a ter ampliadas suas responsabilidades/competências, contribui para um maior desempenho profissional, mas, ao mesmo tempo, acarreta menor interação familiar. Estudos apresentam a maior permanência dos policiais no ambiente de trabalho, a exposição destes às situações estressantes, conduzidas pela ocorrência de conflitos laborais e o desenvolvimento de determinadas atividades – por exemplo, a atuação em turnos como práticas que diminuem a convivência com os familiares (ROCHA et al., 2011).

---

<sup>4</sup> A síndrome de burnout é caracterizada por um estado de exaustão física, emocional ou mental devido ao acúmulo de estresse no trabalho, sendo, por isso, muito comum em profissionais que têm que lidar com a pressão ou a responsabilidade.



Muitas vezes a excessiva jornada profissional causa alguns conflitos no trabalho e na família, uma vez que a sobrecarga de trabalho pode acarretar problemas de cunho social, como deixar de sair com a família devido ao cansaço advindo do trabalho (CARVALHO, 2012).

São vários os fatores que interferem nas relações familiares e sociais dos policiais militares, onde levando especificamente para o lado das relações familiares podem-se observar dois tipos de modalidades de interferência na relação com a família, sendo elas de maneira direta ou indireta. Dentre os fatores que podem impactar a família de forma direta tem-se a questão dos baixos salários e do horário, onde muitas das vezes o policial militar tem que se ausentar da família para realizar suas atividades laborais, e até mesmo devido ao prolongamento da jornada de trabalho em virtude de ocorrências que exigem a permanência do policial no local do ocorrido por mais tempo. Nos fatores indiretos pode-se observar a interferência nas relações com a família ou sociedade devido à mudança de personalidade e de comportamento dos policiais, que se inicia desde o curso de formação, quando os novos integrantes da corporação passam por um curso, onde tem por objetivo “moldar” esses futuros policiais, ou seja, eles deixaram de possuir uma identidade tipicamente civil e passará a possuir características e comportamento militar (DERENUSSON; JABLONSKI, 2010).

Interessante observar também o fato de que três policiais afirmam que seu trabalho interfere nas relações sociais, visto que a sociedade não vê o trabalho desempenhado por eles com bons olhos. Isso pode ser visto nas falas abaixo:

“Familiares naos, sociais porque a sociedade não ver a policia com bons olhos, sempre discrimina um pouco a... a profissão. Quando precisa é o bonzinho, agora quando não precisa fica discriminando a PM” (PM 13)

“Interfere sim. Nos meus relacionamentos sociais, as vezes me sinto discriminado pelo fato de ser um policial militar, através de olhares, comentários ou através do simples fato de... de que as pessoas se incomodam quando você está por perto. Também me sinto incomodando quando algumas pessoas se aproximam de você afim de obter alguma vantagem posterior decorrente da sua profissão” (PM 17)

“Interfere, porque... a população nos ver com outros olhos”(PM 2)

Depois de muitos anos do surgimento da polícia militar, ainda hoje se percebe um entrave nas relações entre a polícia e a sociedade e que deve ser extinta, e assim o policial militar ser reconhecido pelo seu trabalho para que possa estar contribuindo cada vez mais para o bem-estar da sociedade (SALES; FERREIRA; NUNES, 2009).

Os autores acima citados ressaltam ainda que a relação polícia militar e sociedade deve ocorrer de maneira harmoniosa, uma vez que o trabalho realizado em conjunto tem resultados

rápidos e positivos, além de proporcionar um vínculo entre polícia e sociedade, quebrando a barreira que existe entre ambos.

Tanto as instituições estatais, quanto a população local devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (BRASIL, 2008).

### 5.2.5 – PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS ACERCA DA REMUNERAÇÃO

Esta subcategoria buscou avaliar se os policiais consideram sua remuneração salarial satisfatória ou insatisfatória para o desempenho de suas atividades, e pôde-se constatar que 85% da amostra afirma ser insatisfatória, visto que a renda mensal não é suficiente para satisfazer critérios como saúde, educação de boa qualidade para os filhos e lazer. Afirmam ainda não receber incentivos como risco de vida, sendo assim, obrigados a procurarem rendas em outros serviços. Pode-se verificar nos seguintes discursos:

“Insatisfatória. Pelo grau de risco que a gente corre é... o salário é muito pouco” (PM 16)

“Insatisfatória. Porque já foi, como foi dito anteriormente; nós não temos estabilidade total em sentido de: educação, família, saúde, lazer. Somos obrigado a tirar ou extras ou então suplementar as atividades alguma outra área” (PM 3)

“Insatisfatória até demais, pelo o simples fato do... da única classe que eu acha que da Paraíba da segurança pública que não recebe o chamado “risco de vida”(PM 10)

“Considero minha remuneração insatisfatória, porque ela não proporciona a mim e a minha família condições básicas de sustentabilidade e conforto”(PM 17)

A literatura científica evidencia que alguns fatores podem interferir diretamente na motivação dos colaboradores de uma organização, seja de maneira positiva ou negativamente. Dentre entre diversos fatores pode-se elencar a remuneração e os benefícios sociais, as condições físicas e psicológicas do trabalho e a questão da segurança no ambiente de trabalho (CARVALHO et al., 2013).

Este estudo encontrou resultados semelhantes, onde uma pesquisa realizada no quartel sede do 3º BPM localizado na cidade de Dourados /MS. Foi indagado aos 143 policiais participantes quanto a sua satisfação em relação ao salário, e 80,4% afirmam não estarem

satisfeitos. Estes dados se tornam preocupantes, tendo em vista que as qualidades na prestação dos serviços desses profissionais estão atreladas a sua satisfação salarial (ANDRADE, 2013).

Segundo Carvalho et al., (2013), dentre os diversos fatores que podem ser proporcionados para o melhor desempenho das atividades laborais de uma organização merecem destaque especial a remuneração e os benefícios sociais, pois quando se observa que um profissional tem reconhecimento por seu trabalho e dele consegue ser recompensado proporcionalmente, tanto na questão salarial quanto nos benefícios que possam ser oferecidos, ele realiza suas atividades com prazer e satisfação e assim o serviço é prestado da melhor maneira possível, com mais afinco e eficácia dentro da instituição. A remuneração atua como fonte de satisfação não só das necessidades básicas e de segurança, mas também será possível a satisfação das necessidades sociais, de estima e de auto realização.

Wood Junior (2011) afirma que é preciso pensar na remuneração, isto é, no conjunto de recompensas (inclusive o salário), como uma ferramenta estratégica das empresas, constituindo assim um “fator de harmonização de interesses, ajudando a gerar consensos e atuando como alavanca de resultado”.

É inquestionável o fato de que o salário que o trabalhador recebe por suas atividades é um elemento motivador para o bom desempenho de seu trabalho. As pessoas devem ser recompensadas não pelo cargo que ocupam, mas pelo papel que desempenham, pelos seus talentos, habilidades e pela capacidade de se ajustarem às mudanças rapidamente. Contudo, em nenhum momento o policial deverá deixar de atender a necessidade de segurança da população em virtude dos baixos salários que recebem.

#### 5.2.6 COMO A SOCIEDADE CONCEBE O TRABALHO DOS POLICIAIS: PERCEPÇÃO DOS PM’S

Esta subcategoria buscou analisar como a sociedade concebe o trabalho do policial militar na percepção dos mesmos, e se este fato interfere no desempenho de suas atividades. Diante dos resultados obtidos, pôde-se observar que a maioria dos entrevistados afirma que a sociedade não reconhece o trabalho do policial, que ainda existe um grande preconceito contra esta classe de trabalhadores, que os mesmos não são vistos com bons olhos pela comunidade, e que todos estes fatores interferem significativamente no desempenho de suas atividades, visto que os mesmos perdem o estímulo pelo trabalho. Isso pode ser observado nas falas abaixo:

“Eu... vejo que a sociedade não reconhece o trabalho da PM, a gente muito faz e pouco é reconhecido. Isso... interfere um pouco porque é... você não tem aquele incentivo,

“você presta um serviço à sociedade no momento que você não é reconhecido...que é... o... você deu a vida pra defender a sociedade... não reconhece. Isso desestimula o seu desempenho... as vezes você deixa de fazer algo por conta que não é reconhecido; ce põe sua vida em risco e a própria sociedade não reconhece” (PM 1)

“A sociedade ainda é preconceituosa num é com o PM?! (...) (PM 6)

“Eu acredito que a sociedade brasileira ela não entendeu ainda, ainda o papel do policialna sociedade é... você ver visões distorcidas sobre a... condição policial militar, onde o policial muita vezes, aliás na maioria, na grande maioria das vezes é visto como o carrasco e não como defensor dos direitos como deveria ser” (PM 8)

“A sociedade vê o, o, trabalho do PM com mal trabalho, nunca a sociedade, dificilmente agente encontra um que, que dê nota dez pros policiais, mais a maioria é, é reclama do serviço da policia. Isso interfere sim na, no, no nosso serviço, porque agente perde o estímulo de trabalhar” (PM 11)

“Na verdade a sociedade, num é como a sociedade ver nosso trabalho, é como ela esta sendo preparada pra ver nosso trabalho, ou seja, ela é alienada. O estado num da nem um suporte, nem pelomenos para que a sociedade distinga policia ostensiva de judiciária. Então isso interfere substancialmente em nosso serviço, pois quando chegamos na ocorrência o policial já vê... o é... a sociedade já vê o policial como é... autor da ação e judici... da parte judiciaria já pra julgar a ação. Ela num sabe nem distinguir qual é policia e que e... no caso se direcionar na hora de uma ocorrência , muita das vezes nos procurando de forma erronia, onde deveria procura a judiciaria nos procura e ainda cobrando que se faça o serviço. Isso interfere” (PM 2)

A polícia surgiu no Brasil no século XVIII para atender a um modelo social autocrática e extremamente autoritário, dominado por um pequeno grupo de pessoas. Portanto, como a polícia era tida como uma espécie de guarda dos membros da corte portuguesa quando chegaram ao Brasil, em 1808, onde deveriam ter um comportamento autoritário e violento contra aqueles que tentassem violar, invadir ou roubar algo pertencente à coroa portuguesa, fez com que a guarda real que deu origem a atual polícia militar, fosse vista de maneira temerosa e preconceituosa por parte da sociedade e que mesmo de forma um pouco diferenciada reflète nos dias atuais (BENGOCHEA et al., 2004).

Bardin (2009), corroborando com os autores acima afirma que durante o processo histórico da instituição polícia militar, além do modelo autoritário e autocrático do século XVIII, onde já existia uma forte rivalidade entre polícia e sociedade, nos anos de 1964 o Brasil sofreu um golpe militar, onde o país passou a ser comandado por militares durante 21 anos. Esse período foi tido como um período arbitrário, de tortura e sofrimento para a maioria dos cidadãos, sendo que esse lado negativo do período ditatorial reflète ainda hoje certo preconceito por parte da sociedade em relação à instituição policial militar.

Um estudo realizado por Menandro & Souza (1996) com policiais militares, encontrou resultados semelhantes a esta pesquisa, visto que 99% dos entrevistados afirmaram que o trabalho do PM tem grande importância na sociedade e que apenas 24% deles responderam que

a sociedade reconhece a importância desse trabalho. Esses dados mostram de forma evidente a percepção dos fatos de serem vistos de maneira negativa como profissionais. Segundo os autores citados, existem vários fatores que levam a sociedade a desacreditar no trabalho do PM, entre eles destacam-se: o comportamento negativo de alguns membros, a falta de credibilidade da polícia perante a população e a falha da justiça, causando a sensação de inutilidade e de ineficiência no trabalho. É importante observar que o estudo supracitado apesar de ter sido realizado há 19 anos, e mesmo depois de diversas mudanças no comportamento social, o estudo corrobora com os presentes resultados, ou seja, isso significa que mesmo com os avanços ocorridos nos últimos anos, o preconceito da sociedade em relação ao policial militar ainda permanece.

Na verdade o que se observa é o fato de que o sistema de segurança pública não atende às necessidades e anseios da sociedade. As falhas existentes nas instâncias jurídico-criminais, que favorecem a impunidade dos autores de crimes e delitos e a falta de ações mais incisivas e prioritárias no enfrentamento da questão da segurança pública por parte do Estado, em lugar da adoção de medidas paliativas e ocasionais, que não incidem sobre as verdadeiras causas da violência no país, de maneira direta e permanente, fazem com que o trabalho dos PM's se torne cada vez mais desacreditado pela população, que espera desta classe de trabalhadores o melhor atendimento e amparo institucional possível, em nome do que o Estado, por lei, é obrigado a prestar (SILVA, 2006).

Um novo modelo de polícia surgiu no Brasil, denominado de polícia comunitária, que tem em sua teoria uma finalidade excelente para uma melhor relação entre polícia e comunidade. O policial comunitário é o mesmo PM, porém ele irá atuar diretamente com a comunidade, ou seja, ele será o intermediador entre a comunidade e os responsáveis para solucionar alguns problemas de um bairro, por exemplo. Porém, para que este modelo apresente resultados positivos, deve-se dar um maior poder de decisão para o policial de ponta de linha que está junto à comunidade (BRASIL, 2008).

### 5.3 CONDIÇÕES DE SAÚDE DO POLICIAL MILITAR

#### 5.3.1. A SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES

Esta subcategoria buscou analisar se os PM's possuíam algum problema de saúde, quais eram e se estes problemas estavam associados ao desempenho de suas atividades. De acordo com os dados obtidos 70% dos entrevistados possuíam fragilidades em seu estado de saúde que

se relacionavam ao desempenho do trabalho. A hipertensão arterial, gastrite, problemas na circulação sanguínea, dor na coluna vertebral, diabetes, insônia, estresse e problemas respiratórios foram as patologias mais citadas pelos entrevistados, conforme se observa nas falas abaixo:

Tenho um problemzinho de saúde, acho que... é, é, comum nessa nossa profissão estressante até mesmo questão da consequência da idade, as vezes a pressão altera um pouco, as vezes ta alta, mas eu tento controlar ela com alimentação, exercício físico e tô levando até quando dé” (PM 4)

(...) por ser um serviço que requer uma longa jornada vinte e quatro horas direto por exemplo, a gente perde muito. Insônia, fica com insônia, estresse. Há! Uma gastrite cruel e, e o braço” (PM 13)

“A saúde num é boa não.Tenho a... gastrite, estresse, e... câncer de pele” (PM 16)

“São dois os problemas de saúde que mais me perturbam nesse momento; destaco pontos de escoliose na minha coluna vertebral tanto na lombar como na parte cervical. Também ressalto a deficiência na circulação sanguínea dos membros inferiores” (PM 17)

O PM pode trabalhar seis, doze, vinte e quatro horas por dia. A elevada carga horária de trabalho, bem como o estresse enfrentado pela própria natureza laboral do policial militar, pode predispor essa população a sérios riscos relacionados à sua saúde.

A dinâmica de produção e relação de atividades laborais tanto pode produzir saúde, bem-estar físico e emocional como também o inverso. Em estudos realizados foram comprovados que existe um maior risco pessoal e coletivo de problemas de saúde com policiais militares, pois se trata de uma atividade de cunho ostensivo e que está voltado para a preservação e manutenção da ordem pública, e que não são somente os fatores relacionados com o risco dessa atividade laboral. Assim, a profissão PM contribui para o surgimento de complicações de saúde, como também os fatores físicos, a pressão e até mesmo as cobranças, por ser uma instituição que tem como base a hierarquia e a disciplina, contribuindo assim para que alguns problemas de saúde possam se desencadear (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

A atividade do PM é muito desgastante, pois é uma profissão que lida constantemente com situações de violência e de risco iminente, o horário de trabalho geralmente é noturno, horários irregulares para alimentação, exposição ao sol, ao vento, permanência prolongada em posição ortostática, onde pode acarretar problemas físicos e emocionais ao profissional, inclusive repercussão no convívio familiar e social, interferindo na sua qualidade de vida e na sua saúde (BORGES, 2013).

De acordo com Sales e Araújo (2011), são vários os fatores que podem contribuir para que alguns problemas de saúde possam surgir nos PM's, sendo o alto risco um deles, que contribui para o surgimento do estresse, e quando associado a outras condições do próprio trabalho podem provocar danos psicológicos, podendo ser de caráter permanente ou quando em situações mais graves podem levá-los a cometer suicídio.

O risco da profissão propicia o desenvolvimento de algumas patologias nesses profissionais, como por exemplo, o estresse. Em uma pesquisa realizada com 75 policiais que teve como objetivo avaliar os níveis de estresse ocupacional e comprometimento com a carreira entre policiais militares do 1º Regimento da Brigada Militar de Santa Maria, RS, apresenta que 57,3% (n=42,97) dos participantes apresentam sintomatologia de estresse, confirmando a relação que existe do alto risco da atividade policial militar com a saúde desses profissionais (OLIVEIRA; BARDAGI 2010).

Em uma pesquisa realizada para avaliar o absenteísmo por doença na Brigada Militar de Porto Alegre –RS, foi observado que as patologias que provocaram maior afastamento dos policiais de suas atividades foram: as doenças do aparelho circulatório, respiratório, digestivo e os traumatismos, ferimentos, fraturas, luxação, entorses e distensão (PINTO, 2010).

Em um estudo realizado para verificar o impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro, pode-se observar que os agravos osteomusculares têm posição relevante na saúde desses agentes. A pesquisa observou que dores no pescoço, costas ou coluna, torção ou luxação de articulação e outros agravos relativos a músculos eram queixas constantes nos PM's. Já patologias como bursites, artrites e reumatismos eram queixas comuns dos policiais civis. Foi constatado ainda tendência similar nas duas corporações para alergias e problemas de pele. A predominância de lesões sobre músculos, ossos e pele está diretamente relacionada ao exercício profissional (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

### 5.3.2 USO DE MEDICAMENTOS ENTRE OS POLICIAIS MILITARES

Foi questionado aos policiais militares se eles faziam uso regular de medicamentos e quais os que eles costumavam utilizar, e pôde-se observar que 65% dos entrevistados afirmam não fazer uso regular de medicamentos. Os 35% que faziam uso de medicações citaram os anti-hipertensivos (inalapril), antiácidos (omeprazol), psicotrópicos (rivotril), hipoglicemiantes (glifagem) e analgésicos diversos para alívio das dores. Isso pode ser observado nas falas abaixo:

“É... eu tom...tomo inalapril que pra pressão, pá controlar né? É o único medicamento que eu uso”(PM 01)

“...às vezes eu uso omeprazol” (PM 14)

“quando sinto dores de cabeça no serviço eu me precavei-o com dorflex, medicamento para amenizar dores” (PM 18)

“Uso o glifagem 750 pra o controle da glicose”. (PM 20)

“Eu faço uso de RIVOTRIL” (PM05)

As falas demonstram que as medicações condizem com os problemas de saúde citados pelos entrevistados na categoria acima, pois as atividades dos PM's são fortemente marcadas pelo estresse no atendimento às demandas do dia-a-dia. Como o estresse é um conjunto de reações, estas precisam ser minimizadas e se nada for feito para aliviar a tensão, a pessoa cada vez mais se sentirá exaurida, sem energia e depressiva. Na área física, muitos tipos de doenças podem ocorrer, dependendo da herança genética do indivíduo. Uns adquirem úlceras, outros desenvolvem hipertensão, outros ainda têm crise de pânico, de herpes e outras doenças (CAMELO; ANGERAMI, 2004). As patologias associadas ao estresse referidas pelo autores citados corrobora com o presente estudo, visto que as medicações utilizadas pelos PM's entrevistados estão relacionadas ao tratamento das mesmas.

Sabe-se que a profissão de policial militar está sujeita a vários fatores potencialmente estressantes, como escalas de serviço sem as respectivas folgas, salários abaixo de suas responsabilidades institucionais, assim como fatores sociais inerentes a todos os cidadãos de uma comunidade. A soma desses fatores, associados a outros intrínsecos e extrínsecos poderão ajudar na gênese de várias patologias, notadamente aquelas relacionadas à saúde mental e ao sistema cardiovascular, especialmente no que se refere à pressão arterial (MONTEIRO; ALVES, 2011). Daí, a necessidade do uso de medicamentos anti-hipertensivos para controlar os níveis pressóricos, bem como evitar problemas mais graves decorrentes da hipertensão arterial, tais como: infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral, entre outros.

O sistema gastrointestinal é especialmente sensível ao estresse geral. Sinais de irritação e perturbação dos órgãos digestivos podem ocorrer em qualquer tipo de estresse emocional. É geralmente sabido que as úlceras gástricas são registradas com maior frequência em pessoas que são desajustadas em seu trabalho e que sofrem de tensão e frustração constantes. Um estudo recente entre 2000 recrutas do exército americano mostrou que aqueles que apresentavam,



durante o exame físico inicial, distúrbio emocional e secreção gástrica excessiva vieram a desenvolver úlceras, mais tarde, sob o peso da vida militar (CABRAL et. al., 1997).

Uma pesquisa realizada para avaliar as condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares na cidade de Recife encontrou resultados semelhantes ao nosso, visto que o uso regular de medicamentos foi referido por 28,6% dos entrevistados. Os mais utilizados foram para pressão arterial elevada (9,7%), para ansiedade/depressão/tensão (3,8%), para problemas gástricos (2,7%) e para dores em geral (2,4%) (FERREIRA, 2009).

Num estudo realizado na cidade do Rio de Janeiro para avaliar o consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais, observou-se que 10,1% dos PM's fazem uso de tranquilizantes, ansiolíticos, calmantes ou antidistônico (SOUZA et al., 2013).

Segundo Calheiros & Cavalcante Neto; Calheiros (2013), uma pesquisa com policiais militares de Alagoas apresenta que 18,9% dos entrevistados faz uso de medicamento controlado. O estudo citado corrobora com uma pesquisa realizada com policiais militares do município Cacoal- Rondônia - Brasil, e mostra como resultados que dos oitenta policiais militares que responderam à pesquisa, trinta deles, ou seja, 37,5% afirmaram já ter usado medicamentos ansiolíticos. Todos afirmaram ter iniciado o uso de medicamentos ansiolíticos após o ingresso na Polícia Militar (DUTRA; BARBOSA, 2009).

Ainda de acordo com os autores supracitados, observa-se que o número de profissionais que utilizam algum tipo de medicamento para tratamentos psicológicos é na maioria das vezes menor do que os que não utilizam, porém essa média é superior quando se compara com as pessoas que não são policiais militares, ou seja, quando se faz uma correlação entre esses agentes e a população em geral, observa-se que o número de usuários de medicamentos para esses tipos de tratamentos em termos proporcionais é maior na classe dos PM's do que na população em geral. Isso porque alguns estudos comprovam que o trabalho policial militar possui diversos fatores que contribui para o surgimento de alterações psíquicas e emocionais.

### 5.3.3 CONSUMO DE BEBIDAS ALCOOLICAS ENTRE OS POLICIAIS MILITARES

Esta subcategoria buscou verificar o consumo de bebidas alcoólicas e a frequência entre os policiais militares. Dentre os dados obtidos, verificou-se que 75% dos entrevistados afirmam ingerir bebidas alcoólicas. Destes 40% responderam que consumiam bebidas todos os finais de semana e/ou quando estão de folga; 25% só bebem em ocasiões especiais; 10% responderam que pelo menos de 1 a 3 vezes por semana, independentemente de ser ou não final de semana fazem uso de bebidas, como mostra as falas a seguir:

“Sim, é... frequentemente não, mais finais de semana, sábado, domingo, quando estou de folga faço uso sim”.(PM 04)

“Sim, socialmente, geralmente fim de semana, assim... as vezes na semana, porque agente como já disse né? Trabalha em escala, mas é... regularmente assim, no mês ter... eu diria umas cinco vezes por mês, uns cinco dias, seis”.(PM 06)

“Muito pouco, só quando participo de algumas festividade é que eu utilizo pouco bebida”.(PM 01)

“Sim, pelo menos umas três vezes por semana”.(PM 17)

O uso de álcool na sociedade aumenta a cada ano, com graves consequências para usuários de todas as idades e para a sociedade, pois pode levar à intoxicação aguda ou crônica e a alterações psicomotoras e comportamentais, causando mundialmente um problema de saúde. A estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de que a ingestão excessiva de álcool é a terceira causa de morte no mundo, depois do câncer e das cardiopatias (VAISSMAN, 2004).

Na população adulta mundial a prevalência do consumo de álcool é de 42%, segundo o relatório Mundial sobre Drogas (UNODC, 2012). Se compararmos este dado mundial com o presente estudo, podemos afirmar que é alta a prevalência de policiais militares que consomem bebidas alcoólicas.

O uso abusivo de bebidas alcoólicas tem gerado vários problemas sociais e de saúde, não ficando restrito somente a esses dois fatores, sendo que também se tornou um problema econômico. Mesmo sendo escassos os estudos relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas por policiais militares, em uma pesquisa realizada ficou evidenciado que existe uma maior probabilidade de policiais militares apresentarem distúrbios relacionados ao uso de álcool em decorrência de suas atividades laborais, pois “os policiais apresentam maior prevalência de uso de álcool do que a população geral e menores taxas de abstinência” (FERREIRA,2013).

Em uma pesquisa realizada por Souza et al., (2013), mostrou-se semelhantes ao presente estudo, visto que 32,9% dos entrevistados bebem pelo menos uma vez na semana, 29,3% bebem ocasionalmente, 10,9% bebem diariamente, 9,8% pararam de beber e 17% nunca bebeu.

Um estudo realizado na cidade de Natal – RN com policiais militares revelou resultados semelhantes ao encontrado nesta pesquisa, visto que os resultados apresentam que existe uma maior porcentagem de policiais militares que consomem bebidas alcoólicas do que os que não consomem. 35,6% dos entrevistados afirmaram não consumir bebidas alcoólicas, enquanto

61,3% afirmaram que consumiam bebidas alcoólicas apenas nos finais de semana ou em festas (COSTA et al., 2007).

Na profissão do policial militar, as consequências do consumo abusivo de bebidas alcoólicas pode ser potencializado, considerando as condições de trabalho e de vida desses profissionais.

#### 5.3.4 HÁBITO DE FUMAR ENTRE OS POLICIAIS MILITARES

Foi questionado entre os participantes se os mesmos eram tabagistas e quantos cigarros eram utilizados em média por semana. Os resultados apresentam que 10% (n=2) afirmam que sim e que 90% (n=18) afirmam que não e que a quantidade de cigarros consumidos em média é de 40 a 100 cigarros por semana como podem ser evidenciados nas falas abaixo:

“Sou. Mas só fumo quando tô de serviço devido adrenalina. Vinte cigarros durante vinte quatro hora” (PM 02)

“Sou tabagista sim, e fumo em torno de cem cigarros por semana” (PM 16)

O tabagismo é um dos maiores fatores causadores de doenças na população. As principais patologias que surgem em decorrência do cigarro são: câncer, doença cardiovascular, doenças pulmonares, úlcera péptica e outras patologias. O número de mortes em pessoas que fumam é duas vezes maior que entre os não fumantes. Este hábito é a mais importante causa de morbidade e mortalidade prematura no mundo (NUNES; CASTRO; CASTRO, 2011).

O hábito de fumar se constitui também como um dos principais condicionantes da morbimortalidade em todos os países do mundo. O fumo tem sido amplamente descrito como importante fator de risco para diversos problemas específicos de saúde como os cardiovasculares, os pulmonares e certos tipos de câncer. No Brasil, as estimativas da prevalência do hábito de fumar sugere que os grupos mais vulneráveis são os homens e pessoas de menor nível socioeconômico (INCA, 2004).

Existem controvérsias em relação aos principais motivos que levam as pessoas a utilizarem drogas, sendo elas lícitas ou ilícitas. Uns defendem que o consumo de substâncias psicoativas busca acalmar e aliviar as tensões, ameaças e afetos negativos provocados pelas duras condições de trabalho e de vida e geradores de ansiedade. Outra afirma que esse consumo crônico induz à ansiedade, ataque e transtorno de pânico, agorafobia, entre outros transtornos mentais. Porém, alguns estudiosos consideram que o uso de substâncias psicoativas lícitas ou

ilícitas são resultantes de problemas emocionais, autoestima, auto confiança, sofrimento psíquico e falta de habilidade para enfrentar algumas situações (SOUZA et. al., 2013).

Em uma pesquisa realizada pelo autor acima citado que buscava verificar o consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro, mostrou resultados semelhantes ao presente estudo, visto que 68,6% dos entrevistados nunca haviam fumado, 12,2% tinham parado de fumar e 19,1% fumavam regularmente.

### 5.3.5 PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS PELOS POLICIAIS MILITARES

Foi questionado aos participantes da pesquisa se os mesmos praticavam algum tipo de atividade física e quais as que costumavam praticar. De acordo com os resultados 75% afirmam que pratica, enquanto que 25% referem que não. Foi citado como prática de atividade física pelos policiais a academia; caminhadas e futebol como estão evidenciadas nas falas a seguir:

“Sim, eu, eu frequento academia rá a uns seis anos, dou minhas carreirinhas na esteira, e... cont... e pretendo continuar até quando possível”(PM 04)

“Pratico, caminhadas” (PM 05)

“Atualmente é... só pratico atividade de academia e futebol” (PM 07)

A prática de exercícios físicos é fundamental para uma melhor qualidade de vida. A prática regular de exercícios evita o surgimento de diversas doenças tanto físicas como psicológicas, como também auxilia no controle de algumas delas, a exemplo da hipertensão arterial. Essas atividades devem ser prescritas respeitando em termos de intensidade, frequência, duração, modo e progressão. A escolha do tipo de atividade física deverá ser orientada com as preferências individuais, respeitando as limitações impostas pela idade (FERNANDES et. al., 2013).

São vários os problemas de saúde que podem se desenvolver por consequência da inatividade física. Um dos fatores de grande relevância é o sobrepeso que por consequência deste podem se agravar e vir a propiciar o desencadeamento de outras doenças ou agravos, como a hipertensão arterial e a obesidade (TAVARES; NUNES; SANTOS, 2010).

Apesar de a maioria dos entrevistados afirmar que pratica algum tipo de atividade física foi comprovado que de acordo com o Índice de Massa Corpórea ( $IMC = \text{massa} \div \text{altura}^2$ ) dos entrevistados somente 10% estão dentro do peso normal, 55% estão acima do peso, 25% apresentam obesidade grau I; 10% apresenta obesidade grau II (severa).

O IMC encontrado nesse estudo é semelhante ao resultado de uma pesquisa intitulada “Fatores de risco para doenças cardiovasculares no policial militar”, onde foram pesquisados 912 policiais e observou-se que quanto à análise pôndero-estatural, observou-se que 50% dos policiais estavam na faixa do sobrepeso e 18% eram obesos; portanto, 68% dos policiais estavam com o peso acima do desejado (CALAMITA; SILVA FILHO; CAPPUTTI, 2010).

Os autores acima citados ressaltam ainda que quanto à atividade física, constatou-se que 84% dos policiais diziam fazer algum tipo de atividade física. E mesmo realizando atividade física 68% dos entrevistados estavam acima do peso ideal.

O estudo também se assemelha a uma pesquisa realizada com policiais civis e militares da cidade do Rio de Janeiro – RJ. De acordo com os resultados foi constatado que nas duas corporações 60% ou mais desses profissionais estão acima do peso ideal, sendo que os policiais militares apresentam um quadro de maior gravidade. A medida do peso corporal dos policiais (civis e militares) é 32% superior à média da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Bons níveis de aptidão física são necessários para o desempenho do serviço policial militar no cumprimento do dever constitucional de preservar a ordem pública e executar policiamento ostensivo. Por outro lado, estilos de vida inadequados e aptidão física diminuída são motivos de preocupação no ambiente de trabalho, pois afetam a saúde e o bem-estar com consequências para indivíduos e trabalho. Trabalhadores com baixos níveis de aptidão física e estilos de vida inadequados podem ser menos produtivos, apresentar menor capacidade de decisão e estão mais predispostos ao absenteísmo.

A adoção de um estilo de vida saudável desempenha um papel significativo na prevenção de doenças, no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas, através de atitudes como: evitar o uso de cigarros e o consumo de bebidas alcoólicas, manter bons relacionamentos com a família e amigos, praticar atividades físicas regulares e controlar o estresse. No entanto, como já discutido anteriormente, os estilos de vida individuais não dependem somente de uma escolha pessoal, pois estão claramente condicionados por determinantes sociais, culturais e econômicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do policial militar é sem dúvida uma função de grande importância para a sociedade. Tendo como base a hierarquia e a disciplina, a Polícia Militar tem como objetivo principal o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, através do constante confronto com a criminalidade. Portanto, esses profissionais devem estar preparados tanto fisicamente como psicologicamente para que possam executar suas atividades de maneira eficiente e satisfatória. Algumas literaturas afirmam que as condições de trabalho do policial militar interferem de forma direta e/ou indireta em sua saúde.

Em relação às condições de trabalho, de acordo com os resultados do estudo, apesar dos fatores negativos como alta periculosidade, combate à criminalidade e o perigo de morte, a maioria se diz satisfeita com a profissão que exerce. No entanto, a profissão é classificada como de alto risco e as atividades diárias já trouxeram alguma consequência física ou emocional, além de que o trabalho interfere em suas relações familiares e sociais, que sua remuneração é insatisfatória e que em sua percepções o trabalho policial não é bem visto pela sociedade.

As condições inadequadas para o trabalho são fatores que merecem atenção especial por parte dos seus gestores, pois se percebe que quando o trabalho é executado em ambientes desagradáveis, quando não é reconhecido pelo que se faz e que sua remuneração não corresponde proporcionalmente as atividades laborais, esses fatores refletem de maneira negativa no desempenho das suas atividades funcionais.

O profissional deve estar satisfeito com a profissão que executa, pois isso irá proporcionar um prazer na realização de seu trabalho. A maioria dos entrevistados afirmam estar satisfeita com a função que escolheram, porém, observa-se que os policiais relacionam essa satisfação não diretamente ao prazer em exercer essa função, e sim a estabilidade e realizações pessoais que a mesma proporciona.

O trabalho policial militar por estar diuturnamente em combate à criminalidade, à corrupção, ao tráfico e a desordem social, é tido como de alta periculosidade, pois esses agentes de segurança pública expõem constantemente suas vidas em risco. Foi unânime a classificação desta função como de alto risco pelos participantes da pesquisa.

O policial militar passa por um processo de formação quando ingressa na corporação. Este processo tem por objetivo modificar o comportamento desse agente para que o mesmo se adapte aos novos moldes da hierarquia e da disciplina, que é a base do regimento militar. Assim, esse novo integrante “deixa” o mundo civil e se “insere” no mundo militar. Esse novo comportamento chega e interfere nos seus relacionamentos sociais e com a própria família, e

que essas interferências se tornam mais acentuadas quando eles são mal vistos pela sociedade, devido ao exercício de suas funções, onde muitas das vezes a população não entende o trabalho do policial militar e os enxerga como arbitrários e truculentos, e não como agentes de segurança pública e da lei, como assim também afirmam os participantes do estudo.

Todo funcionário quer ser recompensado pelas atividades que executam, e quando essa recompensa não é satisfatória e não condiz proporcionalmente com suas funções, acarreta em insatisfação, mal execução, e falta de estímulo para a realização do seu trabalho. Com a função policial militar isso não é diferente, e de acordo com a maioria dos participantes do estudo, os mesmos afirmam que sua remuneração não é satisfatória e que o PM deveria ser mais reconhecido pelo trabalho que executa, onde põe em risco sua própria vida, sendo que o policial militar do Estado da Paraíba não recebe o “risco de vida”, que é um valor adicional ao salário por ser uma atividade de alta periculosidade, assim afirmaram alguns participantes do estudo.

Quando uma função é reconhecida e valorizada por aqueles que usufruem da mesma, isso faz com que o profissional se sinta útil e eficiente no que faz, ainda que a sua remuneração não seja proporcional a importância de suas atividades. Porém, na profissão policial militar, quando se soma a insatisfação da remuneração com a falta de reconhecimento e valorização por parte tanto da sociedade, como também dos próprios gestores, o profissional fica desestimulado, desacreditado e se sente inútil em relação à sua profissão, assim afirmaram a maioria dos entrevistados.

O trabalho é um importante fator na vida das pessoas, pois é através dele que o homem constrói uma identidade, uma independência e se satisfaz pessoalmente. Atualmente com a demanda no mercado comercial em busca cada vez maior por mão de obra, os trabalhadores geralmente passam grande parte do seu tempo dentro do seu ambiente de trabalho. As atividades laborais são fatores de fundamental relevância para a vida dos trabalhadores, pois elas podem interferir de maneira direta ou indireta na saúde dos mesmos.

Na abordagem feita com os participantes do estudo ficou evidenciado que as condições do trabalho policial militar interferem em sua saúde, pois segundo as suas respostas a maioria relata ter algum problema de saúde tais como: hipertensão arterial, gastrite, problemas na circulação sanguínea, dor na coluna vertebral, diabetes, insônia, estresse e problemas respiratórios. Afirmam também que algumas de suas patologias estão relacionadas ao desempenho de suas funções.

O estudo mostra que uma parte da amostra da pesquisa faz uso regular de medicamentos para o tratamento de algumas doenças; que a minoria faz uso de cigarros, a maior parte consome bebidas alcoólicas. A maioria dos entrevistados afirmam praticar atividades físicas,

porém, grande parte da amostra encontra-se acima do peso ideal, o que pode ser em decorrência de alguns hábitos ou situações como não fumar ou ter parado de fumar, uso excessivo de álcool, práticas irregulares de atividades físicas e alimentação inadequada com grande concentração de substâncias nocivas para o organismo, como as gorduras por exemplo, que contribuem para o aumento de peso.

Através deste estudo, percebe-se que novas pesquisas devem ser realizadas dentro deste contexto, tendo em vista a grande escassez de estudos relacionados a esse tema. Que esse trabalho traz benefícios quanto ao conhecimento sobre as informações que foram trabalhadas tanto para os acadêmicos quanto para os policiais militares e a sociedade em geral. Ressalta-se também a importância de que esses profissionais devem ser acompanhados por profissionais da área da saúde como: Educador físico, Enfermeiros, Psicólogos, Médicos, Fisioterapeuta e Terapeuta ocupacional.

Conclui-se que as condições de trabalho do policial militar está direta e/ou indiretamente ligado a saúde desses profissionais e que esses agentes merecem um maior apoio dos seus gestores, como também da população, já que o trabalho em conjunto polícia e sociedade pode proporcionar melhores resultados. É importante destacar como estar exposto neste estudo que não só os fatores relacionados à atividade policial em si como o uso de EPI's, longas jornadas de trabalho, excesso de sol, frio e esforço físico interferem diretamente no bem-estar e na qualidade de vida e na saúde desses profissionais, como também as relações familiares, sociais, com os próprios colegas de trabalho e os gestores.

Portanto, é de grande importância que sejam traçados planos estratégicos tomando por base alguns estudos realizados, para que esses profissionais possam executar suas atividades laborais com satisfação, reconhecimento, remuneração adequada e condições de trabalho e de saúde favoráveis, e que assim possam estar contribuindo cada vez mais para a manutenção da ordem pública e a segurança da população.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C.R.; PEREIRA, L.Z.; CKAGNAZAROFF, I.B. Elementos de satisfação e insatisfação no trabalho operacional: revisitando Herzberg. **RG&T**, V.8(1) 67-89. Jan-jul, 2007.
- ANDRADE, J.S. **Estresse ocupacional, hardinesse qualidade de vida profissional de policiais militares de uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul**. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestrado em psicologia. Campo Grande – MS. 2013.
- ANTUNES, R.; ALVES G. As mutações no mundo do trabalho era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351 maio/agosto. 2004 Disponíveis em, <http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em dezembro de 2014, 07: 50 h.
- ARAÚJO, R.R; SACHUK, M, I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, janeiro/março 2007.
- BARROS, A, J, D. Produção científica em saúde coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. **Rev. Saúde Pública** 2006;40(N Esp):43-9.
- BENGOCHEA, J, L, P; GUIMARÃES, L, B; GOMES, M, L; ABREU, S, R. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 18(1): 119-131, 2004.
- BORDIN, M. Polícia comunitária: entre a retórica do estado e a prática cotidiana. **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**, Curitiba, p. 349-368. ISSN 2175-9596. 2009.
- BORGES, A.A. Polícia e Saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3):677-679, 2013.
- BRASIL. **Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 29 nov 2014, 14:00h
- BRASIL. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária 3ª ed.** Secretária Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça 2008.
- BRASIL. **Ministério da justiça. Segurança Pública.** Policia Comunitária. 2008 Disponíveis em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID006F145729274CFB9C3800A065051107PTBRNN.htm>>em 28 fev de 2015.
- BUCCI, M. P. D. **Políticas públicas: Reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CABRAL, A.P.T. et al. O estresse e as doenças psicossomáticas. **Revista de psicofisiologia**, 1(1), 1997.

CALAMITA, Z.; FILHO, C. R. S.; CAPPUTTI, P. F.; Fatores de Risco para Doenças Cardiovasculares no Policial Militar. **rev. Brasil med. Trab.** São Paulo. Vol. 8. Nº 1. 2010.

CALHEIROS, D.S.; CAVALCANTE NETO, J.L.; CALHEIROS, D.S. A qualidade de vida e os níveis de atividade física de policiais militares de Alagoas, Brasil. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida.** V. 05, n. 03, p. 59-71. Jul/set, 2013.

CAMELO, S. H. H.; ANGERAMI, E. L. S.  **sintoma de estresse em trabalhadores de cinco núcleos de saúde da família.** Ver Latino-Am. Já. Vol. 12, nº1, p. 14, 2004.

CAMPOS, G, W, S.saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ver. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 51-74.

CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. **Revista e aumentada**; 2º ed. Hucitec Editora; São Paulo, 2012.

CAMPOS, G.W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2):219-230, 2000.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M.C. O.; Mulheres Policiais Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Ran. rev. Adm. Ckenzie.** V. 11, n. 3, Edição Especial; São Paulo, SP; mai./jun. 2010, p.71-99. 2010

CARDOSO, A. escravidão e sociabilidade capitalista: Um ensaio sobre inércia social. **Novos Estudos** 80 MARÇO 2008.

CARVALHO, M.R.L. **A dupla aliança trabalho - família e suas interferências no desempenho profissional e familiar: um estudo na empresa x na cidade de Picos-PI.** Monografia (graduação). UFPI, Picos, 2012.

CARVALHO, J.F. et al. Qualidade de vida no trabalho e fatores motivacionais dos colaboradores nas organizações. **Educação em Foco**, Edição nº: 07, Páginas: 21-31. Set, 2013.

CARVALHO, S.R. **Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e mudança.** 3º ed. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2010

CAVASSANI, P. A.; CAVASSANI, B. E.; BIAZINI, C. C. **Qualidade de vida no trabalho:** fatores que influenciam as organizações. XIII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Rev Panam Salud Publica/ Pan Am J Public Health** 21(4), 2007.

COTRIM, C. **História e Consciência do Brasil.** 4º ed. Editora Sraiva: São Paulo, 1996

DERENUSSON, F, C; JABLONSKI, B. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. **Rev.Aletheia** 32, p.22-37, maio/ago. 2010.

DIAS, A.L.; MARTINS, W.J. Satisfação profissional dos policiais militares do 4º batalhão de polícia militar do estado de Mato Grosso. **RHM** - vol 1, nº 9 - jan/jun, 2013.

DUTRA, R.A.; BARBOSA, E. Uso de medicamentos ansiolíticos em policiais militares. **REBESP**, Goiânia, n.2, v.1, p. 2 - 7, jan./jul. 2009.

FERNANDES, N.P. et al. A prática do exercício físico para melhoria da qualidade de vida e controle da hipertensão arterial na terceira idade. **Rev. Ciênc. Saúde Nova esperança**, 11(3):60-6. Dez. 2013.

FERRATTI, C, J; SALLES, F, C; GONZÁLEZ. Globalização, trabalho e formação humana: Notas para a problematização da educação escolar. **Rev. HISTEDBR On-line**. Campinas, n. Especial, p.198-215, mai.2009 - ISSN: 1676-2584.

FERREIRA, C.A. Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco. **Revista Especialize On-line IPOG** - Goiânia - 5ª Edição nº 005 Vol.01/2013 – julho/2013.

FERREIRA, D, K, S. Trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Doutora em Ciências, Área de Concentração Saúde Pública. **Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães**, Fundação Oswaldo Cruz. Recife-PB, 2009.

FERREIRA, D.K.S. **Condições de saúde, trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE**. Fundação Oswaldo Cruz. Centro de pesquisas Aggeu Magalhães. Doutorado em Saúde Pública. Recife, 2009.

FERREIRA, D.K.S.; BONFIM, C. AUGUSTO, L.G.S. Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v.21, n.4, p.989-1000, 2012.

FIGUEIREDO, M, N, D. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FIGUEIREDO, N. A. **Método e Metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Yendis Editora, 2007.

FRAGA, C, K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 6, ano V, dez. 2006.

FRAGA, C. K. **A Polícia Militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço**. Tese de Doutorado (Serviço Social). Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FRANÇA, F.G. **Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância**. Dissertação (mestrado). João Pessoa, UFPB, 2012.

GARRIDO, T.C.J. **Satisfação no trabalho: um estudo no Superior Tribunal de Justiça**. Especialização. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010: Mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação. 2010.** Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2296&busca=1&t=censo-2010-mulheres-sao-mais-instruidas-que-homens-ampliam-nivel-ocupacao> Acesso em 27 fev 2015, 20:09h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do estado da Paraíba. 2010.** Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_paraiba.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf) Acesso em 13 nov 2014, 14:39 h

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Pesquisa aponta queda do analfabetismo. 2014.** Disponível em [http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/pesquisa-aponta-queda-do-analfabetismo](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/pesquisa-aponta-queda-do-analfabetismo) Acesso em 27 fev 2015, 19:20 h.

LAKATOS, E, M. **Metodologia Científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 5. Ed. – 2. Repr. – São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008

LAMOUNIER, M, L. Agricultura e Mercado de Trabalho: Trabalhadores Brasileiros Livres nas Fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Est. econ.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353-372, abril/junho- 2007.

**Lei complementar Nº 87, de 02 de dezembro de 2008.** Estado da Paraíba. Dispõe sobre a organização estrutural e funcional da Polícia Militar do estado da Paraíba e determina outras providências. Disponível em [http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis\\_Complementares/2008\\_Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Estrutural%20e%20Funcional%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar%20do%20Estado%20da%20Para%C3%ADba%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias..pdf](http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Complementares/2008_Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Estrutural%20e%20Funcional%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar%20do%20Estado%20da%20Para%C3%ADba%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias..pdf) Acesso em 09 nov 2014, 20:15h

LIMA E SILVA, C.D.; PINTO, W.M. Riscos ocupacionais no ambiente hospitalar: fatores que favorecem a sua ocorrência na equipe de enfermagem. **Saúde Coletiva em Debate**, 2(1), 62-29, dez. 2012.

MARCONI, M; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

MARQUEZE, E.C.; MORENO, C.R.C. Satisfação no trabalho – uma breve revisão. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, 30 (112): 69-79, 2005.

MATHIAS, J.C.S. A polícia militar e as políticas públicas municipais na prevenção criminal. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília.** Edição 5 – Número 05 ISSN 1983-2192. Maio/2010.

MENANDRO, P.R.M.; SOUZA, L.O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. **Psicologia USP**, São Paulo, v.7, n.1/2, p.133-141, 1996.

MIGUEL, M. A. A. **A integração da Polícia Militar com a comunidade universitária: Propostas para a Melhoria de Gestão em Segurança Pública e Qualidade de Vida.** Monografia apresentada no Curso Superior de Polícia. São Paulo: CAES, 2007.

MINAYO, M, C, S; ASSIS, S, G; OLIVEIRA, R, V, C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(4):2199-2209, 2011.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F; GOMES R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 25ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2007.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(11):2767-2779, nov, 2007.

MONTEIRO, S.C.L.P.; ALVES, E.L.M. Prevalência da hipertensão arterial sistêmica (HAS) e dos fatores de risco para doenças cardiovasculares (DCV) em policiais militares. **Revista Interdisciplinar NOVAFAPI**, Teresina. v.4, n.3, p.25-30, Jul-Ago-Set. 2011.

NAVARRO, V, L; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Rev. Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007.

NUNES, S.O.B.; CASTRO, M.R.P.; CASTRO, M.S.A. Tabagismo, comorbidades e danos à saúde. In: NUNES, S.O.V.; CASTRO, M.R.P. orgs. **Tabagismo: Abordagem, prevenção e tratamento** [online]. Londrina: EDUEL, pp. 17-38. ISBN 978-85-7216-675-1. 2011.

OLIVEIRA, K.L.; SANTOS, L.M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, p. 224-250, set./dez. 2010.

OLIVEIRA, P, L, M; BARDAGI, M, P. Estresse e comprometimento coma carreira em policiais militares. **Boletim de Psicologia**, vol. lix, nº 131: 153-166, 2010.

PAULINO, F.R.; LOURINHO, L.A. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p.58-77. Jul/Dez, 2014.

PINTO, J.N. **Absenteísmo por doença na brigada militar Porto Alegre, RS.** Monografia (graduação). UFRGS. Porto Alegre, 2010.

PORTAL DO INEP. **Dispõe sobre queda no analfabetismo.** Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/pesquisa-aponta-queda-do-analfabetismo](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/pesquisa-aponta-queda-do-analfabetismo)> Acessado em: 25 fev 2015, 08:50h

PORTAL INCA. **Dispões dobre o consumo de cigarros por homens 2004.** Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/resultado.asp?x=0&y=0&criterio=cigarro>>Acessado em 26 de fev de 2015, 09:00 h.

ROCHA, L.P. et al. Influência recíproca entre atividade profissional e vida familiar: percepção de pais/mães. **Acta Paul Enferm**, 24(3):373-80, 2011.

RODRIGUES, L. Profissão de Risco: **Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Fontes de Informação Sociológica da Licenciatura em Sociologia sob orientação de Paulo Peixoto**. Coimbra, 2008.

RODRIGUES, P, F, V. Adoecimento e acidente de trabalho: Um estudo sobre as expressões de trauma e violência na vida do trabalhador e de sua família. **V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação** – PUCRS, 2010. Disponível em:[http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V\\_MOSTRA\\_PDF/Service\\_Social/84130-PRISCILA\\_FRANCOISE\\_VITACA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V_MOSTRA_PDF/Service_Social/84130-PRISCILA_FRANCOISE_VITACA_RODRIGUES.pdf) Acessado em 20 de Novembro de 2014.

SALES, L, M, M; FERREIRA, P, R, L; NUNES, A, O. Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária: Uma interface. **NEJ – Vol. 14** – n. 3 – p. 63-68/ 3º Quadrimestre 2009.

SALES, L.J.M.; ARAÚJO, L.S. **Ser policial: representações sobre uma profissão de risco**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, Salvador, 2011.

SANTOS, T.; LUCAS, R.M.G. Insatisfação no trabalho: aspectos comportamentais dos colaboradores da área da produção. **Revista das Faculdades Integradas Claretianas**, nº 3, jan/dez, 2010.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

SEVERINO, A, J. 1941 – **Metodologia do trabalho Científico** / Antônio Joaquim Severino – 23. Ed. Ver. E atualizado – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C, A, G, S. O trabalho na organização policial militar: Natureza e significados atribuídos pelo operador do policiamento ostensivo fardado. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Administração. **Escola de Administração – UFBA** – 2006.

SILVA, D. L.; PINTO, W.M. Risco ocupacionais no ambiente hospitalar: Fatores que favorecem a sua ocorrência na equipe de enfermagem. **Saúde Coletiva em Debate**, 2 (1), 62-29, dez. 2012

SILVA, J, H, R. Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na Saúde Mental. **Dissertação Apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia São Paulo, 2009.

SILVA, M, B; VIEIRA, S, B. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Rev.Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.4, p.161-170,2009.

- SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161 – 170, 2008.
- SIQUEIRA, V.T.A.; KURCGANT, P. Satisfação no trabalho: indicador de qualidade no gerenciamento de recursos humanos em enfermagem. **RevEscEnferm USP**, 46(1):151-7. 2012.
- SOUZA, E.R. et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(7):1297-1311, jul, 2012
- SOUZA, E.R. et al. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3):667-676, 2013.
- SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (4):917-928, 2005.
- TAVARES, T.B.; NUNES, S.M.; SANTOS, M.O. Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. **RevMed Minas Gerais**;20(3): 359-366. 2010.
- TAVOLARO, P. et al. *Empowerment* como forma de prevenção de problemas de saúde em trabalhadores de abatedouros. **Rev Saúde Pública**; 41(2):307-12. 2007.
- TOLFO, S, R; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: Explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Rev. Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 38-46, 2007.
- UNODC. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC)**. Relatório Mundial sobre Drogas. EUA: UNODC; 2012. Acessado em 1º de março de 2015.
- VAISSMAN, M. **Alcoolismo no trabalho**. Editora fiocruz / Editora Garamond LTDA. 2004. Acessado em 1º de março de 2015.
- VASCONCELOS, A.M.N.; GOMES, M.M.F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 21(4):539-548, out-dez, 2012.
- WOOD JUNIOR, T. *Remuneração Estratégica*. 3 ed, rev. E amp. 5 reimpr. São Paulo; Atlas, 2011.
- ZANELLA, L, C, H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Liane Carly Hermes Zanella. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

## **APÊNDICE**



**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS DA VIDA**

**CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

**I – Características pessoais**

<b>Perfil sociodemográfico do profissional</b>		
Pseudônimo _____	Sexo: M ( ) F ( )	Idade _____
Peso: _____	Altura: _____	
Situação conjugal: _____	Nº de filhos: _____	
Escolaridade: _____		
<b>II – Condições de trabalho do policial militar</b>		
1 – Você é satisfeito com a profissão que você escolheu? Descreva.		
2 – Você classifica a sua profissão como de baixo, médio ou alto risco?		
3 – As atividades diárias relacionadas ao seu trabalho já lhe trouxeram alguma consequência física ou emocional? Quais?		

4 – Seu trabalho interfere em suas relações familiares e/ou sociais? como e porquê?

5 – Você considera que sua remuneração é satisfatória ou insatisfatória? Comente sua resposta.

6 – Na sua percepção, como a sociedade vê o trabalho do PM? Este fato interfere no desempenho de suas atividades? Por quê?

### **III – Condições de saúde:**

1 – Você tem algum (uns) problema (s) de saúde? Qual (ais)?

2 – Você relaciona algum de seus problemas de saúde ao desempenho de suas atividades laborais? Porquê?

3 – Você faz uso regular de medicamentos? Qual (ais) o (s) que você costuma utilizar?

4 – Você é tabagista? Quantos cigarros você consome em média por semana?

5 – Faz uso de bebidas alcoólicas? Com que frequência?

6 – Você pratica algum tipo de atividade física? Qual (ais)?

**ANEXOS**

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE ENFERMAGEM

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O senhor (a) está sendo convidado para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “*CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS INFLUÊNCIAS NA SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES*”.

**A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:** O motivo que nos leva a estudar sobre condições de trabalho e suas influências na saúde dos policiais militares nos faz compreender quais as principais relações entre trabalho e saúde na profissão dos policiais militares. A pesquisa se justifica pela necessidade da exploração de estudos sobre as condições de trabalho e quais as influências existente entre essas condições e a saúde desses servidores. O objetivo dessa pesquisa é compreender as condições de trabalho e suas influências na saúde dos policiais militares.

O(os) procedimento(s) de coleta de dados será realizado da seguinte forma: participarão da pesquisa Policiais Militares que estejam lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Cajazeiras - PB, a pesquisa será realizada em apenas 1 visita no local de trabalho ou na residência dos policiais. Os mesmos serão orientados a responder um questionário com perguntas subjetivas.

**DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:** Na realização dessa pesquisa não existe riscos físicos, entretanto, pode gerar ansiedade por parte dos participantes no momento de responder o questionário. Como benefícios podemos destacar a importância do aprimoramento de conhecimentos acerca do estudo abordado, tanto para a própria classe, como para os profissionais e os acadêmicos da saúde.

**FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:** A participação do Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que se trata de uma pesquisa composta por questionários contendo suas respostas sobre as condições de trabalho e de sua saúde, onde não será divulgada em outros meios a suas respostas.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:** o senhor (a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Cada participante convidado é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser fornecidos apenas para o Sr.(a). O nome do senhor (a) ou o material que indique a vossa participação não será liberado sem a sua permissão. Senhor (a) não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a), ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao(a) Sr.(a).

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:** A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

**DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:** Eu, \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. O pesquisador FERNANDES ABEL certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais comprometendo-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar o(a) estudante Fernandes Abel – e-mail: abelufcg@hotmail.com, ou o(a) professor(a) orientador(a) Olga Feitosa Braga Teixeira– olgafeitosa@hotmail.com. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Centro de Formação de Professores – CFP Rua Sergio Moreira de Figueiredo s/n – Casa Populares – Tel.: (83) 3532 2000 CEP 58900-000 – Cajazeiras – PB. Declaro que concordo participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dado a oportunidade de ler e esclarecer as minha dúvidas

Cajazeiras – PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

_____ Nome	_____ Assinatura do Participante da Pesquisa	_____/_____/_____ Data
_____ Nome	_____ Assinatura do Pesquisador Responsável	_____/_____/_____ Data
_____ Nome	_____ Assinatura do Pesquisador Participante	_____/_____/_____ Data

**ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA****SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR  
6º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR****DECLARAÇÃO**

Eu, ENÉAS DA CUNHAROLIM NETO, Comandante do Sexto Batalhão de Policia Militar de Cajazeiras - PB, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada **“Condições de trabalho e suas influências na Saúde dos Policiais Militares”** que será realizada com policiais militares do 6º BPM, com abordagem qualitativa, no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de fevereiro de 2015. Tendo como pesquisador Francisco Fernandes Abel Mangueira, acadêmico do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus - Cajazeiras.

Quartel em Cajazeiras, PB, 05 de fevereiro de 2015.

  
ENÉAS DA CUNHA ROLIM NETO – TC QOC  
Comandante do 6º BPM  
Enéas da CUNHA Rolim Neto - TC QOC  
Matricula 520.276-1  
Cmt. do 6º BPM

**ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE –  
PESQUISADOR RESPONSÁVEL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR  
RESPONSÁVEL**

EU, **OLGA FEITOSA BRAGA TEIXEIRA** professor (a) da Universidade Federal de Campina Grande, responsabilizo-me pela orientação de **FRANCISCO FERNANDES ABEL MANGUEIRA**, discente do curso de graduação em enfermagem, assegurando que não haverá desistência de minha parte que acarrete em prejuízo para o término das atividades desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso – TCC pelo (a) discente.

Declaro estar ciente e comprometo-me em assegurar que sejam cumpridos os preceitos éticos previsto na resolução 466\12 do conselho Nacional de saúde e demais documentos complementares.

Responsabilizo-me, também, pelo cumprimento da Resolução 01/2009 do Colegiado do Curso de Enfermagem, pelos prazos estipulados junto à disciplina TCC, e pelo zelo com o projeto de pesquisa no sentido de manutenção da privacidade e sigilo das informações, resguardo da segurança e bem estar dos participantes nela recrutados, pelo resultado obtido e posterior divulgação no meio acadêmico e científico, pela comunicação ao comitê de ética sobre qualquer alteração no projeto ou ocorrência de eventos adversos que impliquem no cancelamento da pesquisa, bem com arquivamento durante 5 (cinco) anos, após o término da pesquisa, de uma das vias do termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por cada participante recrutado, durante a execução da mesma.

Cajazeiras-PB, 14 de outubro de 2014

**Prof. Esp.OLGA FEITOSA BRAGA TEIXEIRA**

SIAPE: 2082730



**ANEXO D – TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE –  
PESQUISADOR PARTICIPANTE**



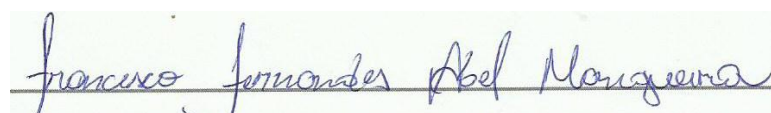
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR  
PARTICIPANTE**

EU, **FRANCISCO FERNANDES ABEL MANGUEIRA**, Aluno (a) do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, responsabilizo-me junto com meu orientador (a), **OLGA FEITOSA BRAGA TEIXEIRA**, a desenvolver projeto de pesquisa para conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem seguindo a Resolução 01/2009 do Colegiado do Curso de Enfermagem e a seguir os prazos estipulados na disciplina TCC; comprometo-me ainda em assegurar que sejam cumpridos os preceitos éticos previsto na resolução 466\12 do conselho Nacional de saúde e demais documentos complementares.

Responsabilizo-me, também, pelo zelo com o meu projeto de pesquisa, pelo fiel cumprimento das orientações sugeridas pelo meu orientador, nas atividades de pesquisa, e, junto com ele, pelos resultados da pesquisa, para posterior divulgação no meio acadêmico ou científico.

Cajazeiras-PB, 14 de outubro de 2014.



**FRANCISCO FERNANDES ABEL MANGUEIRA**

Mat: 21212013